



## DIVISÃO DE ASSUNTOS DE GÊNERO

### EXAME E AVALIAÇÃO DA DECLARAÇÃO E A PLATAFORMA DE AÇÃO DE BEIJING E O DOCUMENTO FINAL DO VIGÉSIMO TERCEIRO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO DE SESSÕES DA ASSEMBLÉIA GERAL (2000) EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

#### Sumário

*Neste documento se mostra o progresso da América Latina e do Caribe a 15 anos da aprovação da Plataforma de Ação da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995) e a cinco anos do documento do vigésimo terceiro período extraordinário de sessões da Assembleia Geral (2000). Destacam-se especialmente os avanços dos últimos cinco anos, tendo em conta que o período em revisão deve colocar-se na perspectiva de 15 anos desde a adoção da Plataforma de Ação.*

*A análise se realiza com base nas respostas proporcionadas pelos mecanismos nacionais ao questionário elaborado pela Divisão para o Progresso da Mulher das Nações Unidas<sup>1</sup>.*

*Entre os avanços dos últimos 15 anos, se destaca o acesso das mulheres à educação. Num contexto de desigualdade social persistente, em 2005 a região já havia alcançado a paridade em matéria educativa e registrado importantes logros na adoção de sistemas legais igualitários, na construção e no fortalecimento dos mecanismos para o progresso da mulher, na formulação de planos e programas para a igualdade de gênero com ênfase no setor social e no âmbito da legislação para sancionar a violência doméstica e garantir os direitos humanos das mulheres.*

*Durante o período examinado, se observam problemas referidos à regulamentação das leis aprovadas, sua aplicabilidade, a falta de informação estatística e a débil capacidade de gestão e monitoramento de muitos governos para traduzir essas normas em programas e políticas sustentáveis desde o ponto de vista político, técnico e financeiro. Nos últimos anos, tem emergido com força, e com o apoio tanto dos governos como da sociedade civil, o tema da exploração, o tráfico e a exploração sexual com fins comerciais.*

*Nos últimos 10 anos, em pelo menos 14 países da região se registraram notórios progressos na definição e execução de planos nacionais e de igualdade de oportunidades. Em maior ou menor medida, nestes processos contribuíram em forma ativa e coordenada diversas áreas dos poderes executivos, organismos multilaterais e a sociedade civil.*

<sup>1</sup> O questionário foi enviado aos mecanismos para o progresso da mulher dos países e territórios da Ibero-América e o Caribe pela *División de Asuntos de Género* da CEPAL em dezembro de 2008 e o prazo de entrega venceu em 31 de março de 2009. Em julho de 2009, se conta com as respostas de 26 países e territórios da Ibero-América e do Caribe. A lista completa de países por região é a seguinte: a) América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Estado Plurinacional da Bolívia, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai; b) Caribe: Barbados, Belize, Dominica, Haiti, Ilhas Caiman, Jamaica, Suriname e Trinidad e Tobago; c) Península Ibérica: Espanha e Portugal. No documento anexo se detalham os principais logros e desafios identificados por cada país.

*No entanto, os avanços são heterogêneos e ainda se identificam algumas áreas da Plataforma de Ação pouco trabalhadas, como a relação entre as mulheres e o meio ambiente ou entre estas e os meios de comunicação. Os maiores avanços se registram na presença crescente das mulheres em cargos de tomada de decisão, na luta contra a pobreza e nas políticas para a eliminação da violência. Enquanto o aumento da participação das mulheres na população economicamente ativa não tem contado com políticas orientadas a eliminar a discriminação no mercado de trabalho, o incremento da proteção social, o acesso aos serviços de saúde, incluídos os de saúde reprodutiva, e a qualidade da educação é uma tarefa pendente.*

*Os desafios apontados em Beijing se complementam com outros como os da Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento (Cidade do Cairo, 1994) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (Nova York, 2000), e a interação entre eles produziram significativas sinergias.*

*Por último, se apresenta uma dificuldade adicional no momento de medir os avanços na execução da Plataforma de Ação de Beijing devido a que os sistemas de indicadores e estatísticas de gênero ainda são deficientes.*

## Índice

<b>Introdução</b>	2
<b>I. Logros e Desafios da aplicação da Plataforma de Ação de Beijing</b>	4
A. A mulher e a pobreza	4
B. Educação e capacitação da mulher	6
C. A mulher e a saúde	8
D. A violência contra a mulher	10
E. A mulher e os conflitos armados	11
F. A mulher e a economia	12
G. A mulher no exercício do poder e na adoção de decisões	13
H. Mecanismos institucionais para o progresso da mulher	14
I. Os direitos humanos da mulher	16
J. A mulher e os meios de comunicação	17
K. A mulher e o meio ambiente	18
L. A menina	18
<b>II. Desafios pendentes e temas para o futuro</b>	19
<b>ANEXO</b>	21

## Introdução

A Declaração e a Plataforma de Ação da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995) constituem a carta de navegação que orienta os países na formulação de políticas e ações para concretizar a igualdade de gênero. Apesar dos diferentes graus de desenvolvimento e da heterogeneidade que distingue os países, a desigualdade entre homens e mulheres forma parte dos traços estruturais vigentes na América Latina e no Caribe. A transformação está sendo possível graças

à incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas e às iniciativas de intercâmbio de experiências realizadas principalmente pelos mecanismos para o progresso da mulher.

Revisando os avanços logrados desde Beijing até hoje, se observam alguns marcos importantes que não podem deixar de mencionarse. A participação política das mulheres tem crescido e o fato de que nos últimos cinco anos, três países da região (a Argentina, Chile e Jamaica) tenham sido governados por mulheres, constitui um logro destacado que demonstra a capacidade das mulheres para contribuir à mudança democrática nas sociedades, ao mesmo tempo em que dá visibilidade e contribui à transformação simbólica cultural e ao empoderamento. Nessa mesma linha, cabe destacar o incremento da participação das mulheres nos gabinetes, particularmente em ministérios não tradicionais, como defesa e economia, e sua crescente, ainda que lenta, intervenção nos parlamentos.

Em 15 anos, os mesmos que coincidiram com o restabelecimento das liberdades democráticas em muitos países, se avançou na construção de instituições para o progresso da mulher na região. No entanto chama à atenção a fragilidade dos avanços em seu desenvolvimento institucional. Enquanto um terço dos países da América Latina tem um ministério responsável das políticas de igualdade de gênero, a maioria ainda mantém mecanismos de níveis subordinados e outros nos que ainda nem sequer existe uma área que atenda estes assuntos, sobretudo no Caribe. Somado a isso, em alguns países ainda há muitas entidades e serviços estatais que não integram nem transversalizam a perspectiva de gênero.

A pobreza e a pobreza extrema diminuíram nos últimos 15 anos, até o início da crise global. Em nível regional, e como resultado de um conjunto articulado de políticas públicas, essa diminuição foi próxima aos 10 pontos. Não obstante, estas continuam sendo um tema crítico e na maioria dos países, a erradicação da pobreza persistente tem se convertido num eixo importante das estratégias adotadas pelos governos.

Neste sentido, se observou que as mulheres foram as primeiras em sentir os efeitos da crise econômica global que afeta atualmente a região e que se soma aos efeitos da pobreza histórica. O impacto da crise global se traduz na deterioração do mercado de trabalho e afeta o emprego das mulheres e suas condições de trabalho. A isto se agregam os problemas que surgem da provisão de alimentos ao grupo familiar, o cuidado das condições de saúde e o acesso à educação, além das conseqüências que tem na vida das mulheres a redução do investimento social na oferta dos pilares do bem-estar —os serviços de saúde, educação e habitação— e no seu acesso a estes serviços.

A inclusão das mulheres em diferentes programas de combate à pobreza destaca o seu papel protagonista nas famílias e na economia familiar. No entanto, se observa que, apesar de incluí-las, nem todos os programas estão formulados com perspectiva de gênero. Em países como o Brasil e o México, se realizam atividades orientadas ao seu empoderamento e a promover que se compartilhe com os homens as responsabilidades de cuidado e as decisões sobre saúde reprodutiva. Na maioria dos demais programas, as mulheres são designadas como titulares de benefícios que, em alguns casos, aumentam as suas responsabilidades e o tempo que dedicam às tarefas de cuidado, como os controles de saúde e educação dos menores da família.

Dar visibilidade aos problemas que afetam as mulheres e medir os avanços logrados nestes 15 anos não tem sido nada fácil para a maioria dos países da região, especialmente para os do Caribe, pelo baixo nível de desenvolvimento dos sistemas de produção de estatística e a falta de indicadores que permitam medir a desigualdade que existe entre homens e mulheres. Neste sentido, corresponde mencionar o aporte que constitui para a região o trabalho realizado pelos organismos do sistema das Nações Unidas e pela Divisão de Assuntos de Gênero da CEPAL na produção de estatísticas e indicadores de gênero e no fornecimento de assistência técnica aos países. Em cumprimento ao Consenso de Quito (2007), a CEPAL, em colaboração com outros organismos do sistema das Nações Unidas, criou o Observatório de igualdade de gênero da América Latina e do Caribe<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Ver [on line] <http://www.cepal.org/oig>.

No contexto descrito, se observa também uma implantação desigual de diversos compromissos internacionais, como a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e seu Protocolo Facultativo, a Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher, a Convenção de Belém do Pará, a Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento (Cairo, 1994) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (Nova York, 2000).

No processo de revisão a 15 anos da Plataforma de Ação de Beijing, o movimento de mulheres tem sido um ator sempre presente –em alguns países com um papel protagonista– e tem acompanhado, com propostas e críticas, a instauração de diversas políticas e programas. Em certa medida, a variedade de mecanismos para o progresso da mulher disseminados na região é um reflexo das fortalezas e debilidades das organizações de mulheres. Em muitos países, o movimento tem sido um aliado da institucionalização de mecanismos nacionais para o progresso das mulheres e isto tem contribuído à conquista de significativos avanços.

Os principais problemas que afetam as mulheres e as respostas a esses problemas, tal como estão formuladas nas 12 esferas de especial preocupação da Plataforma de Ação de Beijing, têm sido abordados pelos países mediante uma multiplicidade de planos e programas que se constituem no âmbito das ações, mas devem enfrentar persistentes obstáculos, como a falta de recursos técnicos e financeiros. Só um terço dos países possui orçamentos públicos significativos, porém todos enfrentam o desafio de ampliar as ações pertinentes.

As mulheres pobres são as mais afetadas pela desigualdade de gênero e a discriminação no acesso ao emprego, expressada na segmentação vertical e horizontal do mercado de trabalho e na persistência de brechas salariais em detrimento do seu gênero. Muitas também têm dificuldades para permanecer no sistema educativo uma vez que superam a etapa do ensino médio e, quando entram na universidade, se concentram em carreiras de menor prestígio. São as mulheres que estão mais expostas à gravidez não desejada, ao HIV/AIDS e a outras enfermidades de transmissão sexual e se vêm envolvidas em situações nas que não podem exercer sua autonomia econômica por carecer de recursos próprios. Em certos casos, inclusive devem sofrer a oposição de seus parceiros ao exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. Todas estas situações se potenciam pelo constante aumento da violência sexual, física e psicológica, que mesmo afetando as mulheres de todos os estratos sociais, perdura com mais intensidade na vida daquelas que se encontram em situação mais vulnerável.

Frente ao futuro, ainda existem muitos temas pendentes para o avanço das mulheres e o logro da igualdade. Entre outras cosas, é necessário aumentar o compromisso e a vontade política para pôr em prática as ações, hierarquizar os mecanismos de gênero ao mais alto nível do Estado, incrementar e difundir os orçamentos e criar sistemas de prestação de contas que permitam um controle permanente do grau de cumprimento dos países em relação aos compromissos da Plataforma de Ação de Beijing.

## **I. Logros e desafios da aplicação da Plataforma de Ação de Beijing**

### **A. A mulher e a pobreza**

*Logros:* ainda que a porcentagem de pobres na América Latina tenha baixado de 45,7% em 1994 para 34,1% em 2007, a desigualdade não apresentou o mesmo comportamento<sup>3</sup>. Destaca-se a instalação de planos e programas nacionais de alívio e superação da pobreza que integram ações em diversas áreas, como a transferência de recursos e pensões, o acesso à alimentação, à educação e à saúde e à promoção de mulheres empreendedoras com capacitação e acesso ao crédito. Por outro lado, mesmo que as famílias com chefia feminina tenham aumentado em números absolutos, nelas também se observa uma diminuição da pobreza, o que pode ser atribuído às diversas políticas públicas. Do total

---

<sup>3</sup> Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas de domicílios dos respectivos países. Não se dispõem de dados sobre pobreza para países do Caribe.

de famílias urbanas com chefatura feminina em 1994, 35,4% eram pobres, e em 2007 este porcentagem se reduziu para 29,2%, o que mostra que um terço das famílias urbanas com chefia feminina ainda se encontra em situação de pobreza<sup>4</sup>. Entre 1994 e 2007, na América Latina se observa a continuidade da brecha de gênero na renda do trabalho. Enquanto em 1994 as mulheres recebiam o equivalente a 65% da renda masculina, em 2007 a sua situação melhora e recebem 70%<sup>5</sup>. Trata-se de um processo lento, já que em 13 anos a queda é inferior a um ponto por ano.

*Desafios:* a maioria dos governos reconhece a importância da redução da pobreza, do crescimento econômico e da desigualdade social. A crise econômica mundial apresenta o desafio de inovar em termos de políticas públicas para mitigar o impacto sobre as mulheres.

1. Enquanto nos países desce a pobreza, nas famílias com chefatura feminina o ritmo de redução tem sido mais lento e requer de outro tipo de trabalho interinstitucional que combine apoios, incentivos e políticas que melhorem a empregabilidade das mulheres.
2. Na última década, muitos governos da região (Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru e a República Dominicana) adotaram programas de transferências condicionadas de recursos que privilegiam as mulheres como beneficiárias e titulares destas transferências. No entanto estes programas não são homogêneos em termos de cobertura nem de resultados. Em todos os casos, as transferências operam de maneira positiva e garantem um mínimo de recursos para a família. Ainda que em algumas ocasiões a aplicação deste tipo de programas tem contribuído para reduzir a pobreza, ainda não conseguiu alcançar os objetivos fixados pelos países. Entre as experiências mais bem sucedidas corresponde citar o programa Bolsa Família do Governo do Brasil e o programa Oportunidades do México.
3. A sobrerrepresentação das mulheres entre os pobres e sua maior vulnerabilidade também ficam em evidência quando alcançam a idade da aposentadoria. São objeto de especial preocupação as mulheres adultas que não contribuíram para o sistema de pensões e chegam a idade da aposentadoria (60 anos e mais) sem a garantia de receber uma pensão. Também inquieta a situação daquelas que, mesmo tendo acesso a uma pensão, terão uma pensão precária que aumentará sua vulnerabilidade. Para enfrentar estes problemas se formularam pelo menos três modalidades de políticas: a) as pensões não contributivas (na Argentina, Barbados, Chile, México e Suriname), b) os subsídios para idosos, como no caso da Colômbia onde 60% das beneficiárias são mulheres, e c) a pensão universal por idade (“pensão dignidade”) que criou o Governo do Estado Plurinacional da Bolívia.
4. Resulta todo um acontecimento o fato de que Belize e Haiti se encontrem realizando, pela primeira vez, estudos que permitirão conhecer as características da pobreza no país com perspectiva de gênero e identificar as linhas de ação para formular os planos e programas adequados para enfrentar a pobreza e a indigência.
5. Não é possível perceber se os mecanismos para o progresso da mulher têm cumprido ou cumprem um papel específico em termos de assessoria ou introdução de uma perspectiva de gênero na formulação das políticas que tem por objetivo a eliminação da pobreza e da desigualdade e que atendem milhões de mulheres. Não cabe dúvida de que propiciar este tipo de diálogo dentro dos governos melhoraria as intervenções estatais.

---

<sup>4</sup> Distribuição da chefatura feminina por pobreza em zonas urbanas. Média simples de 12 países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Estado Plurinacional da Bolívia, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai e Uruguai) segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em de tabulações especiais das pesquisas de domicílios dos respectivos países.

<sup>5</sup> Renda média do trabalho das mulheres comparada com a dos homens em zonas urbanas. Média simples de 15 países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Estado Plurinacional da Bolívia, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Bolivariana da Venezuela e Uruguai) segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas de domicílios dos respectivos países.

**Brasil:** o programa de transferências condicionadas Bolsa Família (2003) é uma das principais iniciativas do governo para erradicar a pobreza. Opera mediante transferências diretas mensais, atualizadas com base no salário mínimo, e inclui condicionalidades em termos de saúde e educação. Atualmente, este programa atende mais de 11 milhões de famílias (mais de 40 milhões de pessoas), o que o converte na maior iniciativa do mundo em seu tipo. Dos receptores do programa 94% são mulheres e 69% das famílias que se beneficiam estão compostas por negros e pardos. Como resultado deste e de outros programas, a pobreza caiu 10 pontos entre 2002 e 2007.

**México:** desde 2002 pôs em prática o Programa de Desenvolvimento Humano “Oportunidades”, uma reformulação do Programa de Educação, Saúde e Alimentação (PROGRESA). Trata-se de um programa de transferências monetárias com co-responsabilidades em educação, saúde e alimentação, destinadas à população em situação de extrema pobreza. Atualmente são atendidas 5 milhões de famílias, 99,4% das quais reside em localidades rurais ou semi-urbanas, e o programa tem contribuído para a queda da pobreza (entre 2002 e 2006, a pobreza rural reduziu 11 pontos).

**Peru:** conta com o Programa nacional de apoio direto aos mais pobres “JUNTOS” (2005), um programa de transferência direta dirigido às famílias mais pobres. Consta de prestações de saúde, nutrição e educação, assim como de registro e identificação. As mulheres são designadas como titulares do benefício e isso repercute nas suas possibilidades de negociação, no uso de recursos e na distribuição de tarefas. O funcionamento do programa tem motivado mudanças na dinâmica da relação entre homens e mulheres. As exigências do programa sobre as mulheres limitam o tempo que os homens podem dedicar a outras atividades e, pela primeira vez, muitos estão assumindo tarefas em casa.

## **B. Educação e capacitação da mulher**

**Logros:** na maioria dos países a taxa de conclusão da educação primária e de acesso à educação secundária, terciária e universitária tem aumentado, sobretudo entre as mulheres. Nos países que contam com programas de transferências condicionadas de recursos vinculadas à educação tem aumentado a permanência das crianças na escola graças à entrega de material escolar, à instrumentação de um sistema de transporte gratuito e à concessão de bolsas de estudos.

**Desafios:** preocupam especialmente os grupos de mulheres nos dois extremos do arco escolar. Por um lado, muitas mulheres maiores de 45 anos que estão em idade produtiva e reprodutiva e não tiveram acesso à educação básica são analfabetas funcionais ou iletradas. Por outro lado, não se tem promovido a incorporação das mulheres a áreas de conhecimento não tradicionais, como a tecnologia. As mulheres apresentam um atraso de 2% em relação aos homens no uso da Internet, mas no primeiro quintil só 5,8% tem acesso, enquanto no quinto 44,1% tem acesso à Internet. A incorporação das novas tecnologias e o acesso à alfabetização digital representa um desafio para todas as mulheres, maior no caso das mais pobres.

1. Mesmo que os indicadores de alfabetização tenham melhorado em todos os países da região, ainda há alguns itens pendentes, como o acesso à educação de qualidade. Preocupa especialmente a quantidade de serviços de educação inicial e dos que entregam educação intercultural bilingüe. No Panamá se informa sobre uma discriminação no acesso à modalidade de educação intercultural.
2. No período analisado, na maioria dos países da região se estendeu por lei a obrigatoriedade da educação até o nível médio ou até 16 anos. Na maior parte dos países da Ibero-América e em alguns do Caribe, as mulheres superam amplamente os homens na porcentagem de graduados da educação superior. Entre a população de jovens, a porcentagem de mulheres com 13 anos ou mais de estudo era de 10,5% em 1994 e a de homens era de 9,6%. Em 2007, esta proporção aumentou para 17% nas mulheres e 13,4% nos homens e se observa que as

mulheres têm mais anos de estudo<sup>6</sup>. Para muitas mulheres, alcançar maior nível educacional do que os homens não se traduz em acesso a empregos de qualidade ou melhores remunerações. Ainda que tenha aumentado o acesso das mulheres à educação superior, estas ainda se inserem em carreiras associadas à saúde e à educação, o que prolonga seu papel doméstico de cuidado de outros. Estas funções de cuidado, por sua vez, estão menos valorizadas no mercado de trabalho. Promover a incorporação das mulheres a carreiras não tradicionais, como as profissões científicas e os ofícios técnicos, constitui um desafio. Nessa linha, a Jamaica mostra um incremento significativo no acesso das mulheres a carreiras tecnológicas e áreas de estudo não tradicionais. No México, desde 2007 se aceita mulheres em especialidades antes reservadas ao pessoal masculino, como a carreira militar.

3. Da informação apresentada por alguns países se deduz que os varões são os que mais abandonam os estudos a partir do ensino médio. Na América Latina, em 1994 as mulheres já superavam os homens no nível médio de escolaridade, cifra que se mantém em 2007<sup>7</sup>. A instrumentação de programas de bolsas de retenção, que representam um incentivo econômico, tem contribuído a garantir a continuidade das e dos adolescentes mais pobres no sistema educacional. Em alguns setores da população, as adolescentes se vêm obrigadas a abandonar a escola para assumir responsabilidades familiares e de cuidados da casa. O abandono neste grupo se pode vincular com o déficit de creches e jardins de infância gratuitos que existe na maioria dos países da região. Para evitar a deserção escolar das mulheres, no México se determinou que suas bolsas educacionais fossem de um montante superior ao dos homens a partir do primeiro ano da secundária.
4. Em pelo menos dois países do Caribe se efetuaram iniciativas inovadoras em termos de capacitação das mulheres com o objetivo de garantir seu acesso ao mercado de trabalho. Em Belize e em Trinidad e Tobago as mulheres recebem capacitação para o acesso a empregos não tradicionais, como colocação de cerâmicas e reparação de motores de automóveis ou de aparelhos de ar condicionado.
5. A educação sexual está ausente dos programas de estudo da maioria dos países. Ainda que a legislação a favor da continuidade educacional das mães adolescentes tenha se generalizado, isso não evita que as adolescentes gestantes abandonem a escola, já seja porque não se sentem cómodas com sua nova situação, porque são discriminadas ou expulsadas ou porque perdem a regularidade por acumulação de ausências. Em alguns países da região se registraram avanços em relação a estas situações. Em 2002, o Panamá sancionou uma lei que garante a saúde e a educação da adolescente gestante. A Argentina conta com duas leis vinculadas a este tema, uma que estabelece permissões especiais para as alunas gestantes (Lei 25.273, 2000) e outra que proíbe que os estabelecimentos tomem medidas contra elas (Lei 25.808, 2003). O México estabeleceu um programa de bolsas destinado a mães jovens e gestantes e o Suriname conta com um sistema de aconselhamento para mães adolescentes. No Paraguai, cinco adolescentes gestantes foram expulsas de seu centro de estudos em 2003 e não foram readmitidas nem sequer com a intervenção do Ministério de Educação e Cultura.
6. A violência doméstica e a violência na escola e na aula têm motivado a implantação de diversas iniciativas dirigidas à incorporação deste tema nos programas de estudo. Países como Barbados, Equador, Jamaica, México e a República Dominicana formularam programas que abordam a prevenção da violência e promovem a convivência escolar pacífica.

---

<sup>6</sup> População de 15 a 24 anos de idade, segundo os anos de instrução, em zona urbana. Média simples de 14 países da América Latina (Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Estado Plurinacional da Bolívia, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Bolivariana da Venezuela e Uruguai) segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais da pesquisa de domicílios dos respectivos países.

<sup>7</sup> *Ibid.*

7. No Brasil se realizou uma experiência inovadora dirigida a superar os estereótipos de gênero na escola associados à raça e à orientação sexual. Em 2005 se implantou o Programa Gênero e Diversidade na Escola através do qual se capacitou professores e gestores de escolas públicas para o manejo de situações de discriminação por raça, gênero e orientação sexual.

***Belize:** nos últimos anos, o Departamento da Mulher oferece a capacitação para mulheres em áreas não tradicionais, como mecânica automotriz e colocação de cerâmicas. Ante as dúvidas que gerou esta oferta a mulheres de algumas comunidades, se trabalhou na sensibilização e na eliminação de preconceitos e estereótipos de gênero para promover a adesão.*

***Trinidad e Tobago:** conta com programas que capacitam a mulheres para melhorar sua empregabilidade em áreas tradicionalmente masculinas, como a reparação de motores de automóveis e aparelhos de ar condicionado e de refrigeração. Também se inclui a construção de móveis e pintura.*

### C. A mulher e a saúde

*Logros:* a maioria dos países tem logrado avanços no acesso das mulheres ao sistema de saúde e na articulação de sistemas de atenção em saúde reprodutiva (gestação, parto e puerpério, atenção prévia e posterior ao aborto, anticoncepção e prevenção de enfermidades de transmissão sexual).

*Desafios:* um dos principais desafios continua sendo a redução da mortalidade materna, associada a complicações do parto e do aborto provocado, transmissão e tratamento do HIV/AIDS e a eliminação de barreiras econômicas no acesso ao sistema de saúde. Em 2005, as mortes maternas na América Latina e no Caribe se situavam entre 16 e 670 por cada 100.000 nascidos vivos.

1. As mulheres acodem mais que os homens ao sistema de saúde por necessidades associadas ao ciclo reprodutivo e por seu papel no cuidado de outros. Apesar disso, a mortalidade por causas preveníveis continua sendo alta: maternidade, câncer, violência, HIV/AIDS e infecções de transmissão sexual. Mesmo que se tenha efetuado mudanças nos sistemas de saúde, em alguns países ainda existem barreiras de acesso, como o pagamento de tarifas. Sem haver sido eliminado, em alguns sistemas este pagamento se inclui entre as prestações dos programas de proteção social. Segundo os dados aportados pelo Chile, os planos de saúde das instituições de previsão de saúde (ISAPRES) para as mulheres podem custar até três vezes mais que os dos varões.
2. As estimativas da CEPAL indicam que a taxa de mortalidade materna não tem variado significativamente na América Latina e no Caribe entre 1995 e 2006. A virtual imobilização desta taxa e do número absoluto de mortes maternas na região é motivo de preocupação para os governos pelo difícil cumprimento da meta 5A dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, de reduzir a sua incidência em três quartos até 2015. Em função desta meta, se deram partida a diversas iniciativas em Belize, no Brasil, em El Salvador, no Estado Plurinacional de Bolívia, na República Dominicana e no Suriname.
3. As estratégias de redução da mortalidade materna estão diretamente associadas ao aumento dos controles durante a gestação e ao melhoramento da qualidade da atenção das gestantes e do parto. A partir disso, em vários países, como El Salvador e Peru, se conceberam programas inovadores que aumentam a quantidade de controles durante a gestação e promovem o parto institucional. No Peru se criou o Gestaclub, um emprendimiento que pretende incrementar o parto institucional, e as casas de espera materna, uma estratégia que requereu de adequação cultural e de infra-estrutura dos serviços de parto e inclui o controle de gestantes e puérperas. Em El Salvador se adotou a estratégia “Sala de espera materna”, cujo principal propósito é diminuir a morbimortalidade materna e infantil. Em 2007, o Paraguai sancionou uma lei que garante a atenção da gestante e a gratuidade do parto, inclusive no caso de cesárea.



4. Em termos de saúde reprodutiva, desde Beijing até hoje, se registraram importantes avanços mesmo cabendo mencionar que nos últimos anos também houve certos retrocessos. Alguns países da região, como a Argentina, Brasil, Jamaica, México e Suriname, melhoraram a disponibilidade de métodos anticoncepcionais—pílulas, preservativos, dispositivos intra-uterinos e anticonceptivos hormonais de emergência— e promoveram o espaçamento das gestações. No caso da Argentina e do Brasil, a lei garante o direito e o acesso gratuito à ligadura tubária e à vasectomia. A mortalidade materna e por aborto provocado fez com que, nos últimos cinco anos, alguns países (Colômbia, Espanha, México e Portugal) modificaram seu marco normativo, ampliando as causas de aborto não punitivas ou legalizando o acesso ao aborto seguro. Outros estão analisando o assunto: o Brasil estuda a ampliação das permissões de aborto por anencefalia e Jamaica e Haiti estão discutindo mudanças na legislação para descriminalizar o aborto. No Chile não se pôde avançar na aprovação do projeto de lei marco sobre direitos sexuais e reprodutivos e na Costa Rica a reforma da Lei Geral de Saúde provoca um amplo debate pela redação do capítulo sobre direitos sexuais e reprodutivos. Este vazio legal impede avançar em medidas integrais e intersetoriais de saúde sexual e reprodutiva. O grupo mais abandonado ante a ausência de uma política estatal neste aspecto é o das e dos adolescentes. Por último, se destaca que no México e no Suriname se está aplicando a vacina contra o vírus de papiloma humano em mulheres adolescentes.
5. Ainda que não sejam suficientes, em relação com a AIDS se obtiveram alguns avanços no controle de gestantes e pessoas infectadas e na distribuição gratuita de terapias anti-retrovirais (Argentina, Brasil, Paraguai, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago). No entanto, no Paraguai se reconhece que, ainda que exista, a legislação sobre o tema não se cumpre por falta de recursos.
6. No Brasil se avançou para dar respostas específicas de oferta sanitária a mulheres de grupos de população identificados e com necessidades especiais: indígenas, negras, lésbicas e bissexuais, adolescentes, jovens e adultas, privadas de liberdade, habitantes de zonas rurais, em situação de violência e com HIV/AIDS.
7. Mesmo sendo ainda incipientes, existem algumas iniciativas da sociedade civil dirigidas a promover ações sobre a saúde reprodutiva centradas no protagonismo dos homens. Outros países, como Cuba, promovem políticas de paternidade responsável.

**Brasil:** as estatísticas mostram que o índice de mortalidade materna caiu 12,7% entre 1997 e 2005. Apesar disso existe certa sub-notificação a respeito e é necessário otimizar a identificação das causas de mortalidade para melhorar as políticas. Por esse motivo, entre 2001 e 2005 se incrementou em 92% os organismos encarregados dessa tarefa, denominados Comitês de Mortalidade Materna. No período 2003-2006, o Pacto nacional para a redução da mortalidade materna contribuiu a evitar 232 mortes maternas e 5.920 mortes de recém-nascidos.

**El Salvador:** as características das mulheres falecidas indicam que são jovens, das áreas rurais e analfabetas ou com ensino primário incompleto. Sobre esta base, se adotou a estratégia de “Sala de espera materna”, cujo principal propósito é diminuir a morbimortalidade materna e infantil. Consideram-se diversos fatores de risco social, como a acessibilidade e a cultura, para admitir as gestantes a estas salas, onde permanecem até que começam o trabalho de parto e podem ingressar a um centro hospitalar. Atualmente existem duas destas salas e se prevêem outras seis.

**Peru:** em 2007, o Ministério de Saúde informou a existência de 390 Casas de Espera para gestantes de zonas rurais que morem longe de um centro de saúde. Nestas casas, localizadas estrategicamente próximas às maternidades, as mulheres permanecem alojadas durante os últimos dias da gestação.

#### **D. A violência contra a mulher**

*Logros:* a aparição de uma terceira geração de leis contra a violência de gênero é um indicador da relevância social do tema na região. Nestas novas leis se tomam em consideração as lições aprendidas em etapas anteriores e se inclui a tipificação de novos delitos que reconhecem as situações que ocorrem dentro e fora de casa, como o feminicídio. O Brasil conta hoje com a lei Maria da Penha, uma das três mais avançadas do mundo junto com a da Espanha, e enquanto no direito da Costa Rica e Guatemala se incorporam as figuras do feminicídio e da violência sexual, a Argentina e o México adotaram leis integrais para prevenir, sancionar e erradicar a violência. No âmbito da Campanha do Secretário Geral "Unidos para por fim à violência contra as mulheres" se dinamizou a sensibilização nos países, em muitos casos sob a liderança das mais altas autoridades ou da própria presidência, como ocorre no Brasil.

*Desafios:* o grande desafio é o acesso à justiça e a sanção oportuna e adequada da violência. Em alguns países, ainda é necesario dar partida a planos e programas nacionais de prevenção e tratamento das vítimas que superem o baixo impacto logrado até o momento em determinadas populações. Outros desafios importantes são o tratamento das necessidades especiais das mulheres indígenas e afro-descendentes e a falta de independência de alguns poderes judiciais que ignoram denúncias ou retardam processamentos.

1. Existe certa falta de harmonização entre as legislações nacionais contra a violência e os códigos penais vigentes e os sistemas jurídicos internacionais, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, a Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher, subscrita pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1994 e ratificada por todos os países da região, e o Estatuto de Roma da Corte Penal Internacional.
2. Muitos países sancionaram leis durante a década de 1990 e ainda têm temas pendentes em relação à aplicação, já que não foram criados os mecanismos institucionais necessários, incluídos os relacionados com o acesso à justiça ou a capacitação dos recursos humanos.
3. A aplicação das leis sobre violência doméstica se enfrenta à falta de preparação das forças policiais e dos operadores da justiça e à resistência às mudanças por parte da justiça, combinada com a falta de capacitação e a baixa dotação orçamentária.
4. A soma destes obstáculos faz com que as mulheres encontrem barreiras de acesso à justiça, seja objeto de reiterada vitimização e desconheçam os direitos e dispositivos que existem para acompanhá-las no processo de denúncia. Segundo o informado pelo governo, no Estado Plurinacional da Bolívia vive-se um clima de naturalização da violência contra as mulheres, que se expressa na impunidade.
5. Algumas mulheres têm uma dependência econômica dos seus conviventes que com freqüência impede romper o ciclo da violência cotidiana.
6. Na maioria dos países se adotaram linhas de atenção às vítimas do delito de violência e refúgios para mulheres vítimas e seus filhos e filhas, tanto dependentes dos mecanismos para o progresso da mulher como da sociedade civil. Ainda não foram criados sistemas integrados que favoreçam em todos os casos a derivação e o seguimento.
7. Cinco países e territórios do Caribe (Barbados, Belize, Ilhas Caiman, Jamaica e a República Dominicana) realizaram atividades no âmbito da Campanha 16 Días de Ativismo contra a Violência dirigida às Mulheres. Na República Dominicana, a Campanha foi aprovada pela Lei 46 (2007).
8. Menção especial merece o feminicídio em *Ciudad Juárez* (México). A visibilidade alcançada pelos casos de violência contra as mulheres gerou a implantação de políticas públicas específicas formuladas pelo governo federal. Uma destas medidas foi a criação da Promotoria Especial para os Delitos de Violência contra as Mulheres e a Exploração de Pessoas

(FEVIMTRA). Em 2007, a sociedade civil organizada formou o Observatório Cidadão do Femicídio.

9. Na Espanha e em Portugal, a mutilação genital feminina gerou a sanção de leis que proibem esta prática comum em algumas culturas migrantes. Em 2005, a Espanha aprovou por lei a perseguição extraterritorial da prática da mutilação genital feminina.

**El Salvador:** o Instituto Salvadorenho para o Desenvolvimento da Mulher capacitou mais de 8.000 membros da Polícia Nacional Civil, das varas de paz e de família, da Promotoria-Geral da República e da Procuradoria-Geral da República. Se impartieron conhecimentos respecto de temas como gênero, violência intrafamiliar e agressões sexuais, assim como em relação com os conteúdos da lei contra a violência intrafamiliar, dentre outros. O Programa de Saneamento da Relação Familiar brinda atenção psicológica a homens agressores, causadores de violência intrafamiliar que acodem voluntariamente aos grupos de apoio ou são derivados pelas varas de paz e de família para cumprir a pena de terapia psicológica. Desde 2005 foram atendidos um total de 13.257 homens agressores.

**Panamá:** o Serviço contra a Violência Familiar da Polícia Nacional, constituído em 2005, oferece informação às vítimas sobre os benefícios legais a que têm direito e a assistência a que podem acessar. Também intervêm na tramitação da denúncia ante a autoridade competente e na execução das medidas de proteção pertinentes. O propósito deste serviço é a atenção das vítimas e a diminuição dos casos de violência familiar. Realizam-se workshops, se brinda assistência psicológica e social, se oferece informação e se promovem campanhas para erradicar a violência doméstica.

**Portugal:** em 2007 se introduziu uma modificação ao código penal em que se sanciona o delito de mutilação genital. Sobre esta base, a começos de 2009 se começou a implantar o Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital que se divide em quatro áreas: a) sensibilização, prevenção e apoio; b) capacitação, c) investigação, e d) promoção.

### **E. A mulher e os conflitos armados**

**Logros:** nos últimos anos, a Colômbia e o Peru adotaram diversas medidas neste campo, o primeiro mediante o estabelecimento de uma política de desmobilização e o segundo através da Comissão da Verdade e da Reconciliação, que promove uma política de indenizações. Por outra parte, a incorporação das mulheres aos corpos de paz e às forças armadas, mediante a profissionalização, está em constante crescimento.

**Desafios:** garantir um processo pacífico de desmobilização nos países que atravessam por esta situação.

1. Enquanto em alguns países da região, como Colômbia e Peru, já existem processos de reparação abertos, em outros, estes processos ainda têm certa vigência, como Guatemala, donde ainda falta cumprir alguns compromissos dos Acordos de Paz de Guatemala subscritos em 1996.
2. A Colômbia tem convidado todas as mulheres vinculadas à guerrilha a desmobilizar-se, através de campanhas nos meios de comunicação.
3. Nos últimos anos, se incrementou o acesso e a participação das mulheres nas forças armadas, o que tem motivado uma adequação das instituições em termos físicos e regulamentares, obrigando-as a resolver os conflitos surgidos e a tomar distância da sua cultura historicamente masculina. Em 2005, o Peru regulamentou o uso do descanso pré e pós-natal do pessoal feminino das forças armadas e da polícia. Na mesma linha, o México deveu incorporar medidas de apoio para mulheres em período de lactação.

4. A Argentina e a Espanha têm efetuado experiências para o seguimento da participação das mulheres nas forças armadas.
5. A crescente participação das mulheres nas forças armadas tem motivado maior inclusão nos corpos e nas missões de paz das Nações Unidas.
6. Alguns países, como a Argentina, Chile, Colômbia, Espanha, Jamaica e Portugal, adotaram a resolução 1.325 do Conselho de Segurança (31 de outubro de 2000) relativa à mulher, à paz e à segurança. A Argentina formou o Grupo de Trabalho Interministerial para o cumprimento da resolução, integrado pelo Representante Especial para Temas da Mulher no Âmbito Internacional —ponto focal na matéria— e a Direção de Organismos Internacionais da Chancelaria, a Iniciativa Cascos Brancos, o Conselho Nacional da Mulher, a Secretaria de Segurança Interior do Ministério de Justiça, Seguridade e Direitos Humanos e o Ministério de Defesa. A Espanha apresentou em 2007 o Plano Nacional de Ação para o cumprimento da resolução 1.325.

**Jamaica:** desde a adoção da resolução 1.325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas se incorporou um número importante de mulheres, em virtude do tamanho das forças armadas do país, às missões de paz das Nações Unidas. Atualmente os contingentes estão integrados quase em forma paritária por mulheres e homens. As mulheres estão presentes em seis das sete missões nas que participa o país e algumas delas ocupam postos importantes em zonas consideradas críticas (uma mulher comanda o contingente na Libéria e em Darfur).

**Argentina:** por meio da resolução 213 (2007) se criou o Observatório sobre a Integração da Mulher nas Forças Armadas, que tem por objetivo realizar o acompanhamento e a avaliação da inserção da mulher na carreira militar. Desde este Observatório se promoveu, por exemplo, uma pesquisa voluntária e anônima que foi respondida por 700 oficiais mulheres e complementada com entrevistas em profundidade. Também se criou o Conselho de Políticas de Gênero com participação de acadêmicos e acadêmicas, organizações de mulheres, oficiais e suboficiais das forças armadas, a Secretaria de Direitos Humanos e o Conselho Nacional da Mulher.

**Espanha:** conta com o Observatório da Mulher nas Forças Armadas, que realiza cursos sobre mulheres e conflitos armados, trabalha na introdução do enfoque de gênero no treinamento militar e colabora com o Comitê da Mulher nas Forças da OTAN. Por sua vez, a cooperação internacional espanhola criou o “Plano de ação: mulheres e construção da paz da cooperação espanhola”.

#### **F. A mulher e a economia**

*Logros:* a população economicamente ativa feminina se incrementou, ainda que sem chegar ao nível de participação econômica dos homens, e diminuiu a porcentagem de mulheres que se dedicam ao trabalho doméstico não remunerado, um trabalho não reconhecido e marginal, mas com um valor muito importante para a sociedade. Segundo dados da CEPAL, em 1994 as mulheres sem renda própria das zonas urbanas de 13 países da América Latina representavam 43,6%, cifra que decresceu em 1999 para 39,5% e em 2007 para 32,5% (ou seja, uma redução de 11,1 pontos percentuais em 13 anos)<sup>8</sup>. Esta diminuição de mais de dez pontos percentuais nas mulheres sem renda própria coincide com a redução da pobreza já mencionada. Aos dados aportados deve-se somar a melhora do acesso ao crédito para as mulheres microempresárias, o impacto positivo das políticas de reforma previdenciária e o reconhecimento de direitos a mulheres trabalhadoras.

<sup>8</sup> População urbana sem renda própria. Média simples de 13 países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Estado Plurinacional da Bolívia, Honduras, México, Panamá, Paraguai, República Bolivariana da Venezuela e Uruguai) segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas de domicílios dos respectivos países.

*Desafios:* alcançar maiores níveis de emprego formal para as mulheres e implementar políticas de igual emprego e igual salário.

1. A crise e a desaceleração do crescimento econômico mundial vão trazer atrelada uma redução dos fluxos externos associados a remessas familiares, turismo e investimento estrangeiro direto, o que poderia incidir em menor disponibilidade de recursos para crédito bancário ao setor privado. Belize, Costa Rica e Peru elaboraram propostas específicas para amortecer o impacto no emprego. Em Belize, o Departamento da Mulher promove a geração de oportunidades de crescimento mediante o empoderamento econômico das mulheres.
2. A redução da quantidade de créditos outorgados afetará as mulheres empreendedoras que, ainda em condições econômicas estáveis, têm dificuldade de acesso a estes recursos. Apesar disso, nos últimos anos se tem facilitado o acesso das mulheres ao crédito em alguns países, como Argentina, Belize, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador e Guatemala.
3. A brecha salarial entre mulheres e homens —que em muitos países supera 30%— afeta as mulheres, já que recebem menor remuneração mesmo quando desempenham igual tarefa e têm igual capacitação que os homens. Em alguns países, como Chile, Cuba, Espanha e Portugal, se legislou para eliminar este tipo de discriminação.
4. A situação das trabalhadoras domésticas tem melhorado nos últimos anos em certos países. Na Argentina, a modificação da regulamentação de trabalhadores autônomos por meio do decreto 1454 (2005) possibilitou o ingresso de 1.250.000 mulheres ao sistema previdenciário do qual se encontravam excluídas por falta de aportes (donas de casa, empregadas domésticas ou informais). Reformas similares, porém de menor envergadura, se realizaram no Chile e na Costa Rica. Em outros países, como Guatemala, esta modificação ainda está pendente.
5. Nos últimos anos se adotaram iniciativas de certificação e boas práticas de gênero em empresas públicas e privadas, destacando-se as do Brasil e México.
6. Um dos problemas que enfrentam as mulheres que trabalham se associa ao cuidado dos filhos e filhas que não alcançam a idade de escolaridade obrigatória. Em resposta a esta necessidade, o México criou um Programa de Creches e Alojamentos Infantis para Apoiar as Mães Trabalhadoras, e o Estado Plurinacional da Bolívia, através da política pública de igualdade de oportunidades, propõe a redistribuição das tarefas dos cuidados domésticos.

***Chile:** sancionou a Lei 20.255 (2008) que estabelece uma reforma ao sistema de previdência e reconhece as históricas desigualdades de gênero do sistema anterior. Outorga uma pensão básica solidária aos que não tiveram acesso ao sistema e reconhece o valor da maternidade ao incorporar um bônus por filha ou filho nascido vivo ao fundo de capitalização (lei 20.360). Também sancionou a Lei 20.348 (2009) que modifica o Código do Trabalho e estabelece a obrigação dos empregadores de não discriminar por razão de sexo.*

***Costa Rica:** pôs em prática o Plano Escudo, um plano de proteção social e estímulo econômico frente à crise internacional que foi apresentado pelo governo em janeiro de 2009. No que se refere às mulheres, os benefícios são indiretos e estão inseridos no conceito de família. O Instituto Nacional das Mulheres (INAMU) elaborou uma proposta para fortalecer o Plano com base na especificidade, as necessidades e os interesses das mulheres, assim como a forma particular em que a crise as afeta.*

### **G. A mulher no exercício do poder e na adoção de decisões**

*Logros:* em alguns países aumentou a participação política da mulher em cargos do poder executivo e em postos diretivos de governo, especialmente de segundo escalão. Também se incrementou a participação das mulheres em cargos eletivos a nível regional, produto das leis de cotas.

*Desafios:* na maioria dos países se mantém vigente o desafio de lograr as quotas mínimas de participação que fixam as normativas, observando-se uma escassa aplicação das sanções previstas na legislação. É necessário promover a participação das mulheres nos cargos de direção dos partidos políticos e sindicatos e o acesso ao financiamento que lhes permitam realizar campanhas políticas.

1. A participação das mulheres nos espaços de tomada de decisões tem aumentado na região nos últimos cinco anos e, pela primeira vez, três mulheres chegaram, por eleição popular, à presidência da Argentina, do Chile e da Jamaica.
2. Na maioria dos países da região, a participação das mulheres no poder executivo cresce à medida que desce a hierarquia dos cargos. No Chile e no Equador se instrumentou, por decisão presidencial, uma política de paridade de gênero no gabinete de governo. Nestes países, assim como na Argentina e no Brasil, as mulheres alcançaram o cargo de ministras em áreas não tradicionais, como defesa e economia.
3. A participação das mulheres nas câmaras baixas vem aumentando graças à instauração dos mecanismos de quotas. No entanto, ainda não se alcança a paridade e nem ainda a participação de 30% que indica a legislação sobre quotas vigente no Brasil, no Estado Plurinacional da Bolívia, Honduras, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Uruguai. Cuba ocupa um dos primeiros lugares do mundo quanto à representação feminina no Parlamento (43,32%).
4. Continuam sem cumprir-se os compromissos vinculados à participação das mulheres nos quadros de direção de partidos políticos e sindicatos incluídos nas leis de quotas. Por outro lado, nos países em que se contemplam sanções econômicas, estas não se aplicam.
5. Na Colômbia, El Salvador, Honduras e México se efetuaram experiências inovadoras de capacitação de mulheres em política.
6. Nos últimos anos, foi registrado um importante aumento da participação das mulheres no governo das universidades. A intervenção das mulheres em organizações empresariais continua sendo muito baixa.

*Colômbia:* vários partidos e movimentos políticos assinaram em 2005 o Pacto para uma inclusão efetiva das mulheres na política, onde se consagra o compromisso de potenciar o papel das mulheres na democracia e a sua inclusão efetiva nos espaços de poder formal. Este Pacto consta de delineamentos de estratégias políticas, econômicas, comunicativas, de educação e de capacitação, cuja posta em prática é controlada pela Mesa de enlaces de gênero.

*México:* entre 2005 e 2007, o Instituto Nacional das Mulheres instrumentou o programa de impulso à liderança política das mulheres no âmbito local, em cujo âmbito se realizou diversas atividades de formação e profissionalização dirigidas a cerca de 1.000 mulheres líderes dos partidos políticos em 22 das 32 entidades federativas do país. Em 2008 se elaborou um programa de promoção da participação política das mulheres titulado Plataforma Estratégica para a Equidade Política.

*Uruguai:* a participação das mulheres no Parlamento ronda os 10%. Para aumentar esta cifra, em 2009 se aprovou a Lei 18.476 que estabelece que em todas as ternas de candidatos das listas para cargos eletivos se devem incluir pessoas de ambos os sexos. Esta medida se adotará em duas etapas: em junho de 2009 para as autoridades de partidos políticos e a partir de 2014 para as eleições nacionais e departamentais.

#### **H. Mecanismos institucionais para o progresso da mulher**

*Logros:* os mecanismos para o progresso da mulher têm melhorado a sua posição dentro da estrutura do poder executivo. Têm surgido áreas dedicadas ao tema de gênero em diferentes instâncias do poder

executivo, tem se registrado uma apropriação dos compromissos internacionais, se formularam e implantaram diversos planos e programas e se estabeleceu um sistema de coordenação com outras áreas do poder executivo e da sociedade civil. Ainda que se registre em poucos países, o logro mais importante tem sido a coincidência entre planos, políticas e vontade política ao mais alto nível. Como assinalado na Plataforma de Ação da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, este é o fator chave para o progresso. Quando as autoridades governamentais do mais alto nível se comprometem com os avanços, estes se aceleram, enquanto o inverso ocorre, quando os Chefes de Estado não assumem a agenda de gênero como prioridade.

*Desafios:* o principal desafio é o fortalecimento das redes e alianças sociais e políticas para alcançar a sustentabilidade política, técnica e financeira dos mecanismos. É necessário aumentar os montantes das dotações orçamentárias e fortalecer a capacidade de interação dos mecanismos para o progresso da mulher com outras áreas de governo e as capacidades técnicas e políticas para melhorar sua incidência na transversalidade.

1. Nos 15 anos transcorridos desde Beijing, os mecanismos para o progresso da mulher têm produzido grandes avanços. O processo de institucionalização dos mecanismos ocorrido antes e depois de Beijing veio se incrementando com o transcurso dos anos na América Latina. Nos países que integram a sub-região do Caribe, este processo tem sido mais lento e é ainda um item pendente caracterizado pela rotação das áreas vinculadas à mulher dentro dos governos (na Jamaica, por exemplo, o mecanismo já dependeu de sete ministérios diferentes). O Governo das Ilhas Caiman está preparando um acordo de cooperação com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) que lhe permita aprofundar o conhecimento dos mecanismos para fortalecê-los. Atualmente, segundo dados do Observatório de Igualdade de gênero da América Latina e do Caribe<sup>9</sup>, 40% dos mecanismos têm um nível hierárquico de ministério, 20% são entidades ligadas à Presidência e 40% dependem de outro ministério, na maioria dos casos associado às políticas sociais<sup>10</sup>.
2. Em alguns países da América Central, os mecanismos para o progresso da mulher compartilham, em algum ponto, a agenda e as atividades do gabinete da primeira dama. Isto se traduz em certa dificuldade ao momento de instalar a perspectiva de gênero e separá-la do papel materno e da família.
3. Nos últimos anos, se criaram novos mecanismos alojados em outras áreas, como a Comissão Especial Banca da Mulher no Honorable Senado da Nação Argentina (2008), o Grupo de mulheres parlamentares da Assembléia Legislativa de El Salvador (2006) ou o Foro de Mulheres Parlamentares e a Associação de Juízas e Magistradas. Também se constituíram espaços institucionais que acompanham os assuntos da mulher e introduzem a perspectiva de gênero em chancelarias (Argentina) ou Defensorias dos Habitantes (Costa Rica e Peru).
4. Sem importar o seu nível hierárquico, a maioria dos mecanismos enfrenta problemas de caráter orçamentário e de recursos humanos. Em termos de orçamento, esta escassez se combina com a ausência de perspectiva de gênero nos orçamentos de outras áreas. Em alguns países se logrou avançar na elaboração de orçamentos de gênero e na alocação de partidas. Em termos de recursos humanos, às vezes se assinala como obstáculo a alta rotação de pessoal, combinada com a baixa qualificação, a falta de conhecimento sobre os problemas de gênero e a resistência a trabalhar em áreas do serviço civil vinculadas à problemática da mulher.
5. Os mecanismos para o progresso da mulher enfrentam dificuldades para assumir o papel de organismo reitor das políticas de gênero e, em alguns casos, intervêm na realização de ações de baixo impacto (capacitações, projetos piloto, campanhas de incidência).

<sup>9</sup> Ver [on line] <http://www.cepal.org/oig/>.

<sup>10</sup> Durante o processo de elaboração de este informe, as Ilhas Caiman e o Panamá modificaram seu mecanismo nacional.

6. A introdução de pontos focais de gênero em diversas áreas do poder executivo se produziu a nível formal e se requer melhorar a definição de papéis e funções e fortalecer as capacidades técnicas.
7. A produção de indicadores aparece como uma prioridade para a maioria dos mecanismos e apresenta distintos graus de avanço. A Divisão de Assuntos de Gênero da CEPAL brinda apoio técnico para a produção de informação estatística com enfoque de gênero.
8. Nos últimos anos, também se instalaram observatórios temáticos com perspectiva de gênero na Argentina, Brasil, Colômbia, Espanha, Honduras, México, Panamá e Portugal.
9. Foram realizadas pesquisas de uso do tempo na Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Guatemala, México, Nicarágua e Uruguai. No Brasil e no Peru se está trabalhando para efetuar este tipo de estudo.

***Colômbia:** o Conselho Presidencial para a Equidade da Mulher criou em 2004 o Observatório de Assuntos de Gênero, um mecanismo de acompanhamento, desde a perspectiva de gênero, do cumprimento das normas nacionais e internacionais vigentes relacionadas com a equidade da mulher e a equidade de gênero, assim como das políticas públicas, planos e programas, a fim de conhecer seus efeitos diferenciados em homens e mulheres. O objeto deste Observatório é efetuar recomendações que contribuam a eliminar a discriminação e a superar as iniquidades de gênero que ainda se apresentam no país.*

***Paraguai:** por Resolução 130 (2009), o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral criou a Unidade de Gênero, que tem como finalidade a produção e a análise de dados com perspectiva de gênero no âmbito do apoio a instituições nacionais e internacionais executoras de programas e projetos sobre a participação política da mulher.*

### **I. Os direitos humanos da mulher**

*Logros:* ao longo dos anos, os países têm formulado leis e políticas públicas para garantir a igualdade entre varões e mulheres.

*Desafios:* garantir a igualdade de direitos que aparece nas constituições.

1. Na América Latina, se avançou de forma homogênea na ratificação de compromissos internacionais que promovem os direitos da mulher. No Caribe, este processo ainda é incipiente e requer uma análise particular desde a perspectiva da realidade normativa legal dos países.
2. A maioria dos países da Ibero-América assinou e ratificou o Protocolo Facultativo da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, com exceção do Chile, Cuba e El Salvador que têm pendentes a ratificação e de Honduras e Nicarágua que não o assinaram nem ratificaram.
3. A primeira barreira que enfrenta o cumprimento dos direitos humanos, em especial das mulheres pobres, está constituída pelas dificuldades de acesso à documentação pessoal. Contar com certidão de nascimento e documento de identidade representa um piso mínimo em termos de direitos e acesso à cidadania. Cabe destacar que existem políticas que promovem o acesso à documentação pessoal mediante campanhas gratuitas de regularização.
4. Nos últimos anos, muitos países da região sancionaram leis e implantaram políticas e programas destinados a prevenir e sancionar a exploração e o tráfico de pessoas.
5. Na Argentina se efetuou uma importante modificação pela incorporação da perspectiva de gênero nas comissões que regulam a concessão de asilo político. Na prática, o Comitê para a



Elegibilidade dos Refugiados (CEPARE) outorga refúgio com base no temor fundado de serem vítimas de violência doméstica.

6. No Brasil se outorgou prioridade à análise da situação das mulheres privadas de liberdade e se propôs a revisão de causas e a instalação de um sistema de assessoria jurídica com acesso a defesa.

**Estado Plurinacional da Bolívia:** foi aprovada a Lei 2.616 de gratuidade do registro e extensão da certidão de nascimento e a inscrição por via administrativa para pessoas maiores de 12 anos.

### **J. A mulher e os meios de comunicação**

*Logros:* se realizaram algumas campanhas mediáticas e se criaram observatórios para o acompanhamento e análise do discurso empregado nos meios de comunicação.

*Desafios:* fortalecer o uso dos meios de comunicação como ferramenta para a difusão massiva dos direitos das mulheres e erradicar deles o discurso sexista e a discriminação por gênero.

1. Em alguns países da região, se acode aos meios de comunicação para difundir campanhas sobre direitos das mulheres, prevenção da violência, trata e tráfico de pessoas.
2. Alguns organismos do sistema das Nações Unidas, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o UNFPA e o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), han apoiado a certos governos nacionais da região na produção e difusão de campanhas.
3. Registra-se uma escassa utilização dos meios de comunicação para a difusão dos direitos das mulheres.
4. Atualmente, na região se realizam pelo menos duas experiências nacionais de monitoramento de meios de comunicação. A Argentina conta com o Observatório da Discriminação em Radio e Televisão e o México com o Observatório dos meios de comunicação, que depende do Instituto Nacional das Mulheres.

**Argentina:** desde 2006, e em acompanhamento da proposta formulada no Plano Nacional contra a Discriminação, o Instituto Nacional contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo (INADI) e o Comitê Federal de Radiodifusão (COMFER) instalaram um Observatório da Discriminação em Rádio e Televisão. O Conselho Nacional da Mulher se somou a este Observatório para incorporar à discussão a problemática relativa ao cumprimento da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e da Convenção de Belém do Pará. Este Conselho tem a missão de alertar sobre a discriminação e a violência de gênero nos meios radiais e televisivos. Desta forma, estes organismos nacionais colaboram na avaliação dos conteúdos da programação que se emite a fim de detectar os casos de discriminação por causa de gênero e aplicar as sanções correspondentes.

**México:** desde 2006, o Instituto Nacional das Mulheres incluiu em seu sitio web o Observatório dos meios de comunicação: imagem das mulheres e das meninas como um foro de análise para receber os reconhecimentos e as reclamações da população em geral sobre a publicidade nos diversos meios de comunicação, que discrimina, estereotipa e denigra a imagem de mulheres e homens. Em 2007 instituiu a entrega anual do prêmio nacional à Equidade de Gênero nos Meios de Comunicação em reconhecimento às empresas e agências de publicidade que incorporam o principio de igualdade em seus produtos publicitários.

**Paraguai:** para romper com a cultura machista e instalar na consciência cidadã a discriminação da mulher, em 2004 se empreendeu uma campanha de sensibilização e conscientização, denominada “Iguais em tudo” e inserida no Plano Nacional de Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens. A mensagem foi transmitida através de inovadores recursos de comunicação como teatro de rua, cartazes, outdoors nos principais pontos de acesso ao centro da cidade, pendões, volantes impressos e curtos publicitários nas rádios e nos quatro canais de televisão. Esta campanha rompeu os esquemas tradicionais com mensagens claras e um de seus anúncios recebeu dois prêmios nacionais e um internacional.

### **K. A mulher e o meio ambiente**

**Logros:** se estabeleceram alianças entre os governos, os organismos das Nações Unidas e a sociedade civil para atender situações de desastres naturais.

**Desafios:** transversalizar o tema de gênero nas políticas ambientais. Melhorar a provisão de serviços de saneamento e satisfazer as necessidades das mulheres em relação com o meio ambiente. Promover a participação das mulheres no controle de situações de emergência.

1. As mulheres e as crianças são os que investem mais tempo e energia na busca e no carregamento de água. A partir disso, a Argentina, Brasil, Honduras, Jamaica, República Dominicana, Suriname e Trinidad e Tobago projetaram ações que contemplam a participação das mulheres no acesso e manejo racional da água.
2. É necessário fortalecer as alianças dos mecanismos da mulher com os ministérios e as entidades a cargo dos temas ambientais para transversalizar o tema de gênero nas políticas e nos programas destinados ao meio ambiente.
3. A maioria das atividades da Plataforma de Ação nesta área se inscreve na sub-região do Caribe e se associa à prevenção e ao manejo das situações provocadas pelos desastres naturais. Neste sentido, conceberam inovadores programas e dispositivos de atenção a emergências naturais considerando as necessidades das mulheres ante o deslocamento forçado por motivo das emergências naturais.
4. Existe certo grau de coordenação entre os mecanismos para o progresso da mulher em países do Caribe e os organismos do sistema das Nações Unidas. Neste sentido cabe destacar o trabalho realizado pelo UNFPA em termos de saúde sexual e reprodutiva para pessoas em situação de deslocamento por emergência climática.

**República Dominicana:** a fim de dar resposta às necessidades das mulheres em situação de vulnerabilidade, a Secretaria de Estado da Mulher, em colaboração com o Comitê de Operações de Emergência (COE), a Secretaria de Estado de Saúde Pública e Assistência Social (SESPAS) e com o UNFPA, iniciou a posta em marcha do Projeto de Assistência de Emergências para ajudar a população vulnerável, sobretudo as mulheres afetadas por seqüelas de fenômenos naturais. Os objetivos do projeto são satisfazer as necessidades básicas em relação à higiene, saneamento e o tratamento de água e prevenir a violência sexual contra as pessoas deslocadas, especialmente mulheres, meninas, meninos e adolescentes.

### **L. A menina**

**Logros:** implantação de políticas de prevenção da exploração e o tráfico com fins comerciais e da Convenção sobre os Direitos da criança. Inclusão das meninas e adolescentes na escola, educação com perspectiva de gênero e diversidade cultural.

*Desafios:* erradicar a exploração sexual comercial infantil e aumentar os dispositivos de cuidado dos menores.

1. Os países da região progrediram na adoção e difusão da Convenção sobre os Direitos da Criança. Em alguns casos, se sancionaram leis reformando os sistemas de justiça de menores, se modificou o Código de família, se elevou a idade mínima para contrair matrimônio e se eliminaram todas as formas de violência contra as crianças.
2. No último lustro, cresceu a preocupação sobre a prostituição infantil e a produção de pornografia, o que motivou a elaboração de projetos de lei que penalizam este delito e a formulação de dispositivos de proteção às vítimas.
3. Concentraram-se esforços na elaboração de programas que têm como objetivo a prevenção e erradicação do trabalho infantil. O Brasil é pioneiro neste tema, já que em 1996 lançou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).
4. Deve-se promover o acesso e a permanência das meninas no sistema educativo e eliminar a discriminação, especialmente em zonas rurais. No México, se iniciaram os trabalhos para contar com um sistema único de registro e avaliação da aprendizagem, a fim de atender a população infantil agrícola migrante.
5. Registram-se avanços, como a modificação das leis para a filiação de menores. No Peru, desde 2006 os recém-nascidos se inscrevem com o primeiro sobrenome do pai e o primeiro da mãe (nos países de língua espanhola o primeiro sobrenome é o paterno). A mudança da legislação também permite, na Bolívia e no Peru, inscrever o recém nascido com o sobrenome paterno sem que isto implique a comprovação do vínculo. Na Bolívia, por Decreto Supremo 11 (2009) referido à presunção de filiação, e no Peru, pela Lei 28.720 (2006), os filhos extraconjugais podem ser registrados com o sobrenome paterno sem que isto gere filiação.
6. É necessário implantar dispositivos de cuidado especializado para crianças que facilitem a inserção das mães ao mercado de trabalho. No Suriname e em Trinidad e Tobago já se conta com este tipo de ajuda.

## **II. Desafios pendentes e temas para o futuro**

Os governos da região assumem e reafirmam seu compromisso para a implantação da Plataforma de Ação da Quarta Conferencia sobre a Mulher (Beijing, 1995). Por isso, neste documento se põe ênfase em assinalar quais foram os logros nestes 15 anos e, sobretudo, em dar conta do sucedido no último lustro.

Desafios identificados para o futuro:

- Harmonizar as legislações nacionais com os instrumentos internacionais.
- Promover a adesão ao Protocolo Facultativo da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher nos países onde não se ha concretizado.
- Continuar os processos já iniciados de fortalecimento institucional e financeiro dos mecanismos para o progresso da mulher.
- Incrementar o acesso e a participação das mulheres nos três poderes do Estado, nos partidos políticos, nos sindicatos e nas organizações sociais
- Fortalecer o papel dos mecanismos institucionais como pontos focais de gênero incluídos nas diversas áreas e setores do poder executivo e instalá-los nos países onde ainda não o fizeram.
- Reforçar as intervenções públicas nos temas de violência doméstica, desigualdade na distribuição de renda e cuidado de menores, enfermos e idosos.

- Aumentar a produção de indicadores com perspectiva de gênero.
- Fomentar a alfabetização digital das mulheres e o uso equitativo entre mulheres e homens das tecnologias da informação e das comunicações como instrumentos de desenvolvimento econômico e inclusão social.

**ANEXO**

Temas prioritários <sup>11</sup>	Principais logros	Principais Desafios
<b>Argentina</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Direitos humanos</b></li> <li>• <b>Violência</b></li> <li>• <b>Mecanismos para o progresso</b></li> <li>• <b>Saúde</b></li> <li>• <b>Educação</b></li> <li>• <b>Economia</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprovou-se o Protocolo Facultativo da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (2007).</li> <li>- Sancionou-se a Lei 26.485 (2009) de proteção integral para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra as mulheres nos âmbitos em que desenvolvem suas relações interpessoais. A autoridade de aplicação desta lei é o Conselho Nacional da Mulher.</li> <li>- Criou-se a Banca da Mulher na Honrável Câmara de Senadores da Nação (2008).</li> <li>- Sancionou-se a lei 26.130 (2006) que garante o acesso à ligadura de trompas e à vasectomia. Por resolução 232 (2007) do Ministério de Saúde, se incorporou a anticoncepção hormonal de emergência ao Programa Médico Obrigatório como método anticonceptivo hormonal.</li> <li>- Sancionou-se a lei 26.150 (2006) que cria o Programa Nacional de Educação Sexual Integral pelo qual se darão aulas de educação sexual em todos os estabelecimentos e níveis do sistema educativo.</li> <li>- Por decreto 1454 (2005), se modificou a regulamentação dos trabalhadores autônomos e se verificou o ingresso de 1.250.000 mulheres ao sistema de previdência, do qual antes se encontravam excluídas por falta de contribuição (donas de casa, empregadas domésticas ou informais).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desde 2006, o Conselho Nacional da Mulher está incumbido da estratégia de fortalecimento institucional do mecanismo nacional para o progresso da mulher. Isto se soma a um aumento significativo do orçamento, que se triplicou no período 2005-2009.</li> <li>- É necessário elaborar mais estatísticas e indicadores de gênero, já que se dispõe de poucos dados desagregados por sexo e só se dispõe de três tipos de indicadores de gênero: índice de feminilidade (número de mulheres por cada 100 varões), presença feminina (porcentagem de mulheres no total da população ou em grupos determinados) e brecha de gênero (diferença proporcional entre indicadores correspondentes a mulheres e varões em determinada categoria).</li> <li>- O Conselho Nacional da Mulher se encontra dedicado à construção de um registro único de casos de violência doméstica.</li> </ul>
<b>Barbados</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Legislação</b></li> <li>• <b>Educação</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avançou-se na eliminação da discriminação contra as mulheres em todas as esferas (inclusive em termos de legislação de família e infância).</li> <li>- Durante o ano fiscal 2009-2010, o componente de sensibilização de gênero do esforço de transversalização se focalizará na educação pública.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Superar a percepção de que não é necessário concentrar-se nos temas de gênero porque algumas mulheres ocupam cargos de importância na sociedade.</li> <li>- Elaborar programas para grupos específicos de mulheres com necessidades especiais, como mães solteiras, mulheres chefes de família e mulheres portadoras de</li> </ul>

<sup>11</sup> Entende-se por temas prioritários as políticas, programas, normas ou ações informadas pelos governos nacionais que contribuam ao cumprimento do Plano de Ação da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995).

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As mulheres aproveitam melhor as oportunidades educativas. A educação é obrigatória para ambos os sexos até os 16 anos e as mulheres representam 70% da matrícula universitária.</li> </ul>	<p>deficiências ou vítimas de violência doméstica.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentar a capacidade do Departamento de Assuntos da Mulher para influir ou ter peso político na incorporação da transversalização de gênero.</li> <li>- Fortalecer o Departamento de Assuntos da Mulher com recursos humanos e orçamentários.</li> </ul>
<b>Belize</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Violência</b></li> <li>• <b>Direitos humanos</b></li> <li>• <b>Saúde</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A lei de violência doméstica (2007) e o Plano nacional contra a violência de gênero 2007-2009 articulam ações para erradicar a violência cultural, social e econômica. Aumentou-se a proteção das vítimas, se instaurou uma política de desarme nos domicílios e se incorporou a figura do abuso financeiro sob delito de violência.</li> <li>- A Política de Saúde Sexual e Reprodutiva (2005) centra suas intervenções na proteção e promoção da saúde sexual e reprodutiva com perspectiva de direitos e reconhece, em particular, a situação das adolescentes. Instrumentou-se o Plano para a redução da mortalidade materna e pré-natal (2005).</li> <li>- Atualmente, se está efetuando o primeiro estudo sobre pobreza, que permitirá ao governo contar com um melhor diagnóstico para orientar a formulação de políticas públicas, incluídas as que se relacionam com a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.</li> <li>- Instalou-se um Banco que outorga empréstimos a mulheres da área rural.</li> <li>- Em 2005 se estipulou modificar a legislação trabalhista e outorgar às mulheres do setor público uma licença paga por maternidade de 14 semanas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incrementar os recursos humanos e financeiros.</li> <li>- Promover a produção de indicadores de gênero.</li> </ul>
<b>Bolívia (Estado Plurinacional da)</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Direitos humanos</b></li> <li>• <b>Saúde</b></li> <li>• <b>Legislação</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organizou-se o Plano Nacional para a Igualdade de Oportunidades – Mulheres construindo a nova Bolívia, para viver bem (2008).</li> <li>- Em 2005 se ampliaram as prestações do Seguro Universal Materno-Infantil a mulheres não gestantes e às maiores de 60 anos, e se incluiu a detecção e prevenção do câncer de colo de útero.</li> <li>- Pelo Decreto Supremo 66, em 2009 se aprovou o Bônus</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Consolidar a participação da sociedade civil — principalmente de crianças, adolescentes, jovens, mulheres, homens, pessoas portadoras de deficiências e da terceira idade— na definição de políticas públicas para que estas se estabeleçam a partir das demandas reais destes atores.</li> <li>- Fortalecer a coordenação entre o Vice-Ministério de Igualdade de Oportunidades e o Instituto Nacional de</li> </ul>

	<p>Mãe Menino-Menina <i>Juana Azurduy</i> para contribuir com a diminuição da mortalidade materna e infantil e a desnutrição crônica das crianças menores de dois anos. O pagamento do bônus se realiza depois da consulta médica.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sancionou-se a Lei 4.021 (2009) do sistema eleitoral transitório que estabelece que a participação cidadã deva ser equitativa e em igualdade de condições entre homens e mulheres.</li> <li>- Aprovou-se a Lei 3.791 (2007) que estabelece a pensão universal por idade.</li> </ul>	<p>Estatística a fim de melhorar os procedimentos de obtenção e difusão de dados para que reflitam com maior transparência e sensibilidade a dimensão de gênero.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentar os mecanismos de acesso e a permanência das mulheres na educação, assim como a igualdade de oportunidades em termos educativos.</li> <li>- Atender ao fato de que a sociedade tome como algo “natural” a violência contra as mulheres, que se expressa na impunidade da violência por motivos de gênero.</li> <li>- Reforçar a institucionalidade dos mecanismos públicos, cuja debilidade impede a promoção da igualdade de gênero, a continuidade e a sustentabilidade das políticas públicas e o pleno cumprimento dos compromissos nacionais e internacionais.</li> </ul>
<b>Brasil</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Mecanismos para o progresso</b></li> <li>• <b>Violência</b></li> <li>• <b>Pobreza</b></li> <li>• <b>Saúde</b></li> <li>• <b>Indicadores</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 2009, o Presidente anunciou que a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres seria elevada ao nível de Ministério.</li> <li>- Como resultado da intervenção da incorporou-se a perspectiva de gênero e raça ao Plano Plurianual (PPA) 2008-2011.</li> <li>- Com a participação de 300.000 mulheres de todo o país, se realizou a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que serviu para preparar princípios e diretrizes da Política Nacional para as Mulheres.</li> <li>- Aprovou-se a Lei 11.340 (2006) “Maria da Penha” para enfrentar o problema da violência doméstica e familiar. A apresentação desta lei, que é uma das três mais avançadas do mundo em seu tipo, coincidiu com o lançamento do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, uma iniciativa do governo federal que inclui ações de 11 ministérios e secretarias especiais, empresas públicas, representantes do poder judicial e do ministério público e organizações não governamentais.</li> <li>- Através do Bolsa Família, o programa de transferência de renda com condicionalidades em termos de saúde, educação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alguns órgãos do governo federal ainda não compreendem a importância estratégica de enfrentar as desigualdades de gênero e raça e a necessidade de contar com uma metodologia mais adequada para a elaboração de um orçamento federal com perspectiva de gênero.</li> <li>- Apesar da sanção da lei 9.504 (1997), que estabelece uma quota de 30%, a participação das mulheres em cargos de decisão continua sendo baixa (representam 8,6% na Câmara de Deputados e 12,3% no Senado). Ante este panorama, foi lançada em 2008 a campanha “Mais mulheres no poder. Eu assumo este compromisso!”.</li> <li>- É imperativo atender a violência contra mulheres, adolescentes e meninas.</li> <li>- Em 2009 se incrementarão os recursos humanos da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.</li> <li>- A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Ministério da Saúde estão a favor da ampliação das permissões legais para a interrupção da gravidez em caso de anencefalia.</li> </ul>



	<p>e assistência social (o maior do mundo) atualmente atende a mais de 11 milhões de famílias pobres (mais de 40 milhões de pessoas). Cerca de 94% dos receptores deste programa são mulheres e 69% das famílias que recebem benefícios são compostas por negros e pardos. O montante da transferência se atualiza com base nos aumentos do salário mínimo. Como resultado do funcionamento deste e de outros programas similares, a pobreza caiu 10 pontos entre 2002 e 2007.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Ministério da Saúde têm trabalhado em conjunto para dar respostas específicas de oferta sanitária a determinados grupos: indígenas, negras, lésbicas e bissexuais, adolescentes, jovens e idosas, mulheres em prisão, de zonas rurais, em situação de violência e portadoras de HIV/Aids.</li> <li>- Em 2004 se instrumentou o Pacto Nacional para a Redução da Mortalidade Materna. Ainda que as estatísticas mostrem uma queda da mortalidade materna de 12,7% entre 1997 e 2005, ainda existe a subnotificação. Como resultado desta política, no período 2003-2006 se evitou 232 mortes maternas e 5.920 mortes neonatais.</li> <li>- Outra iniciativa conjunta é a Política Nacional de Planejamento Familiar apresentada em 2007. Dentre suas ações se incluem a vasectomia e a distribuição de contraceptivos (só em 2008 se distribuíram 1.000 milhões de preservativos).</li> <li>- Em 2007 se lançou o Plano Integrado de Enfrentamento da feminização do HIV/Aids, no qual participam a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Ministério da Saúde, com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).</li> <li>- Em 2009 se deu a conhecer o Observatório Brasil para a Igualdade de Gênero com o objetivo de produzir dados e indicadores que orientem a formulação, o controle e a avaliação de políticas públicas com perspectiva de gênero. Em 2008 se constituiu o Comitê Técnico de Estudos de</li> </ul>	
--	--	--

	Gênero e Uso do Tempo a fim de estimular a incorporação da perspectiva de gênero na produção e análise de informação.	
<b>Chile</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Pobreza</b></li> <li>• <b>Exercício do poder</b></li> <li>• <b>Legislação</b></li> <li>• <b>Educação</b></li> <li>• <b>Saúde</b></li> <li>• <b>Violência</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coincidindo com a posse da primeira mulher Presidente, em 2006 se instalou pela primeira vez um Gabinete paritário e se nomeou igual número de homens e mulheres nas intendências regionais e governos provinciais.</li> <li>- O governo assumiu como programa a Agenda Equidade de Gênero: “Compromissos do Governo do Chile para avançar em equidade de gênero 2006-2010”, que exige a todos os setores formular políticas públicas com perspectiva de gênero.</li> <li>- Foram definidos alguns compromissos ministeriais de gênero que se integraram ao Sistema de Programação Governamental do Ministério Secretaria Geral de Governo.</li> <li>- Começou a instalar-se um Sistema de Proteção Social que representa um mecanismo gerador de condições que brindam segurança e garantem direitos sociais para reduzir os riscos em termos de emprego, saúde, educação e previdência, mediante a promoção de maiores condições de igualdade e oportunidades de progresso. A área está constituída pelos ministérios de Educação, Saúde, Moradia, Trabalho, Cultura e Planejamento junto ao Serviço Nacional da Mulher.</li> <li>- Foi sancionada a Lei 20.255 (2008) de reforma previdenciária, que reconhece as históricas desigualdades de gênero do sistema anterior e outorga uma pensão básica solidária aos que não tiveram acesso, recuperando-se, deste modo, os princípios de universalidade. Também reconhece o valor da maternidade ao incorporar um bônus por filho (ou filha) nascido vivo ao fundo de capitalização (Lei 20.360).</li> <li>- Em 2009 se sancionou a Lei 20.348 que modifica o Código do Trabalho e estabelece a obrigação dos empregadores de não discriminar por razão de sexo.</li> <li>- Entre 2005 e 2009 se sancionaram leis relacionadas ao acoso sexual no trabalho, violência intrafamiliar, pensões alimentícias, direito de amamentação até os dois anos,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover o acesso equitativo ao mercado de trabalho num contexto de maior estabilidade, melhores condições salariais e capacidade organizacional para as mulheres.</li> <li>- Continuar o fortalecimento dos mecanismos de proteção à mulher em situação de violência intrafamiliar.</li> <li>- Aprovar leis patrocinadas pelo Serviço Nacional da Mulher como as vinculadas ao equilíbrio da participação política de mulheres e homens (se assegura um mínimo de 30% de mulheres nas candidaturas a cargos partidários e de eleição popular), a consideração do feminicídio como um tipo particular de homicídio, o regime econômico do matrimônio e a ordem dos sobrenomes, a flexibilização da licença pós-natal e os direitos sexuais e reprodutivos.</li> <li>- Ratificar o Protocolo Facultativo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.</li> <li>- Fortalecer as áreas de governo a nível intra-institucional e elaborar um novo Plano de Igualdade de Oportunidades.</li> </ul>

	<p>descanso de trabalhadores do comércio e regulamentação das trabalhadoras domésticas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliaram-se os serviços de creches e jardins de infância. Entre 1990 e 2007, a oferta pública de creches cresceu 240,4%.</li> <li>- Na área da saúde se incorporou o Plano Auge (2005), que cobre necessidades específicas ou de alta prevalência nas mulheres, como analgesia no parto, parto prematuro, câncer de mama e de colo do útero, depressão e saúde dentária. Em 2008 se aprovou a política de saúde em violência de gênero.</li> </ul>	
<b>Colômbia</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Conflitos armados</b></li> <li>• <b>Legislação</b></li> <li>• <b>Mecanismos para o progresso</b></li> <li>• <b>Violência</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi sancionada a Lei 975 (2005) que contém medidas especiais que garantem a verdade, a justiça e a reparação nos processos de reintegração dos grupos armados organizados à margem da lei. Entre 2002 e 2008 se desmobilizaram 19.000 pessoas, das quais 16% são mulheres.</li> <li>- Foi sancionada a Lei 985 (2005) mediante a qual se adotam medidas contra a exploração de pessoas e se estabelecem normas para a atenção e a proteção das vítimas. Nesta lei se aprovou uma estratégia integral de luta contra a exploração humana.</li> <li>- Sancionou-se a lei 1.009 (2006) para a criação do Observatório de Assuntos de Gênero dentro do Conselho Presidencial para a Equidade da Mulher.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecer a articulação entre instituições do Estado com competência no tema para prevenir e erradicar a violência fundamentada em gênero.</li> <li>- Erradicar a discriminação trabalhista e salarial.</li> <li>- Continuar impulsionando a criação de agências especiais para a mulher em nível departamental e municipal.</li> </ul>
<b>Costa Rica</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Mecanismos para o progresso</b></li> <li>• <b>Economia</b></li> <li>• <b>Violência</b></li> <li>• <b>Legislação</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi formulada a Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Gênero 2007-2017 e o Plano de Ação 2008-2012. O processo esteve liderado pelo Instituto Nacional das Mulheres e se considera um marco porque concebe um novo contrato social.</li> <li>- Em 2004 se efetuou o Processo de reconhecimento do aporte das mulheres à economia. Foi realizado um estudo de uso do tempo como parte de um módulo da pesquisa de domicílios e se instrumentou o Sistema Nacional de Indicadores de Gênero.</li> <li>- Em janeiro de 2009, o governo lançou o Plano Escudo “Proteção Social e Estímulo Econômico frente à Crise</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Articular a Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Gênero com diversas instituições e programas.</li> <li>- Introduzir o foco em gênero em toda a administração pública, de tal maneira que a legislação e as normas contemplem as necessidades e os interesses das mulheres.</li> <li>- Fortalecer os serviços de atenção para melhorar o acesso das mulheres à justiça.</li> <li>- Aprovar a reforma à lei geral de saúde, cujo capítulo sobre direitos sexuais e reprodutivos gera amplo debate.</li> </ul>

	<p>Internacional”. Os benefícios que recebem as mulheres em virtude deste Plano são indiretos e se inserem no conceito de família. O Instituto Nacional das Mulheres elaborou uma proposta de fortalecimento do Plano com base na especificidade, necessidades e nos interesses das mulheres e nas particularidades com que as afeta a crise.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi sancionada a Lei 8.589 (2007) de penalização da violência contra as mulheres, que inclui a figura jurídica do feminicídio. A lei foi cerceada com o voto emitido em 2008 pela Sala Constitucional da Corte Suprema de Justiça, declarando inconstitucionais os delitos de maltrato e violência emocional.</li> <li>- Plano Estratégico para a Defesa dos Direitos da Mulher ante a Justiça.</li> <li>- Em 2009 se sancionou uma norma legislativa que obriga a incluir nos orçamentos uma perspectiva de gênero.</li> <li>- Em 2007 foi alcançada a equiparação dos direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas.</li> <li>- Registrou-se um aumento sustentado das operações de crédito a favor das mulheres.</li> </ul>	
<b>Cuba</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Legislação</b></li> <li>• <b>Educação</b></li> <li>• <b>Exercício do poder</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Concluída a revisão do Código da família, norma que regula as relações intrafamiliares e que foi submetida à consulta em várias instituições e organizações.</li> <li>- Em 2008 se aprovou a lei de segurança social e se introduziram modificações como ampliar a 15 anos o período para a seleção dos cinco melhores anos de salário para o cálculo das pensões e fixar a idade de aposentadoria em 60 anos para as mulheres.</li> <li>- As meninas superam os meninos na matrícula do nível secundário e do terciário e as mulheres representam mais de 63% dos graduados universitários. Posteriormente, esses logros se refletem no acesso das mulheres a postos de trabalho.</li> <li>- O país logrou situar-se entre os primeiros do mundo quanto à representação feminina no Parlamento (43,32%).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Continuar trabalhando na transformação da mentalidade de homens e mulheres acerca do papel masculino e feminino na sociedade para romper com os estereótipos sexuais.</li> <li>- Fortalecer a organização feminina em todos os seus níveis e agendas de debate com o objetivo de promover a real igualdade entre homens e mulheres e tornar visível, a escala social, os remanescentes de desigualdade que ainda existem.</li> <li>- Alcançar as metas e os objetivos incluídos nas 90 medidas do Plano de Ação de Acompanhamento da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres com a ajuda dos planos, programas e projetos que abrangem diversos organismos, organizações e instituições do país.</li> <li>- Continuar trabalhando no logro de controles, indicadores e estatísticas cada vez mais abrangentes que</li> </ul>

		<p>possibilitem o conhecimento exato da situação das mulheres em cada momento e lugar.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ratificar o Protocolo Facultativo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.</li> </ul>
<b>Dominica</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Direitos</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi adotada a Política e o Plano de Ação para a equidade e a igualdade de gênero (2006), que integra ações do Ministério de Saúde e Seguridade Social.</li> <li>- Foram introduzidos pontos focais nos ministérios para apoiar a transversalização de gênero.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lograr maior igualdade entre mulheres e homens no campo social e econômico, assim como perante a lei e em termos de direitos políticos.</li> <li>- Fortalecer o mecanismo para o progresso da mulher a nível institucional.</li> <li>- Revisar a legislação sobre violência doméstica.</li> <li>- Reforçar o departamento de estatística para a produção e a análise de dados com perspectiva de gênero.</li> <li>- Aumentar a participação das mulheres no poder, que continua sendo muito baixa, apesar de que algumas tenham logrado ocupar altos postos. Atualmente, só 11% dos integrantes do governo são mulheres.</li> <li>- Reduzir os altos níveis de violência, abuso, abandono e maltrato de crianças e de adolescentes.</li> </ul>
<b>El Salvador</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Direitos</b></li> <li>• <b>Pobreza</b></li> <li>• <b>Legislação</b></li> <li>• <b>Economia</b></li> <li>• <b>Saúde</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- No período 2007-2009, se iniciou o processo de discussão e recepção de propostas para reformar alguns corpos legais que atentam contra a igualdade da mulher ou introduzir temas de análise que melhorem sua condição (violência intrafamiliar, código penal, código de trabalho e lei penitenciária).</li> <li>- Por iniciativa do Instituto Salvadorenho para o Desenvolvimento da Mulher, se promoveu a formulação e a execução de planos de igualdade de oportunidades.</li> <li>- Pôs-se em prática o programa Rede solidária para a diminuição da pobreza mediante a entrega de bônus às mulheres para a atenção de saúde e educação.</li> <li>- Em 2007, as deputadas da Assembléia Legislativa lograram destinar uma partida de 20.000 dólares a atividades de capacitação e promoção das mulheres no âmbito político. Em 2006 se constituiu o Grupo de Mulheres Parlamentares da Assembléia Legislativa de El Salvador.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomentar maior acesso das mulheres ao emprego, aos créditos em condições de igualdade, à moradia e aos recursos produtivos.</li> <li>- Elevar o nível educativo da população, tanto em qualidade como em cobertura, e dar prioridade à inclusão das meninas.</li> <li>- Promover ações afirmativas, legais e administrativas para o acesso das mulheres a espaços de poder e de tomada de decisões.</li> <li>- Fortalecer a institucionalização do foco em equidade de gênero nas instituições públicas e apoiar a criação de unidades municipais da mulher e a aplicação de políticas de equidade de gênero à escala municipal.</li> <li>- Ratificar o Protocolo Facultativo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os ministérios de Agricultura e Pecuária e de Educação lograram incorporar elementos de gênero em seus orçamentos a partir de 2007, mas ficou pendente a determinação das fontes de recursos.</li> <li>- O Ministério de Agricultura e Pecuária tem efetuado uma série de atividades para garantir o acesso das mulheres à propriedade da terra.</li> <li>- Instrumentou-se o Plano Estratégico Nacional para a Redução da Mortalidade Materna-Perinatal em El Salvador 2004-2009. Foram fortalecidos os programas de saúde reprodutiva e detecção de câncer do colo do útero.</li> </ul>	
<b>Espanha</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Mecanismos para o progresso</b></li> <li>• <b>Poder de decisão</b></li> <li>• <b>Legislação</b></li> <li>• <b>Violência</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi criado o Ministério de Igualdade (2008) e se formulou o Plano Estratégico de Igualdade de Oportunidades 2008-2011.</li> <li>- Em 2004 se constituiu o primeiro Gabinete paritário.</li> <li>- Duas leis constituíram marco histórico: a Lei Orgânica 1 (2004) de medidas de proteção integral contra a violência de gênero e a Lei Orgânica 3 (2003) para a igualdade efetiva de mulheres e homens.</li> <li>- Foi aprovado o Plano Nacional de Sensibilização e Prevenção da Violência de Gênero (2006).</li> <li>- O Estado elaborou indicadores de gênero e pôs em marcha observatórios de acompanhamento dos assuntos que competem ao Ministério de Igualdade.</li> <li>- Foi sancionada penalmente a mutilação genital feminina e aprovada por lei a perseguição extraterritorial desta prática (2005).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 2008 o governo organizou uma Comissão interministerial de expertos para reformar a lei do aborto. No relatório preliminar desta Comissão, composta por pessoas provenientes do âmbito jurídico, sanitário e da luta pela igualdade, se sugere a implantação de uma nova normativa e de medidas que suponham melhora qualitativa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.</li> </ul>
<b>Guatemala</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Mecanismos para o progresso</b></li> <li>• <b>Violência</b></li> <li>• <b>Legislação</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organizou-se a Política Nacional de Promoção e Desenvolvimento Integral das Mulheres 2001-2006, e sua ampliação 2008-2023, e o Plano de Equidade de Oportunidades 2001-2006 e 2008-2023.</li> <li>- Foi efetuada a avaliação diagnóstica preliminar da execução do Classificador Orçamentário de Gênero.</li> <li>- Em 2008 se aprovou a lei contra o feminicídio e outras formas de violência contra a mulher, prevendo-se medidas de proteção a favor das mulheres que sejam objeto de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Institucionalizar a Política Nacional de Promoção e Desenvolvimento Integral das Mulheres e lograr maior apoio orçamentário.</li> <li>- Difundir a lei contra o feminicídio e outras formas de violência contra a mulher entre a população em geral e especificamente entre os operadores de justiça. Ainda persistem dúvidas sobre sua interpretação e forma de aplicação. Os registros estatísticos de assassinatos de mulheres não estão centralizados e cada órgão utiliza</li> </ul>

	<p>violência física, psicológica, sexual e patrimonial.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizou-se uma declaração sobre a Não Tolerância da Violência Contra as Mulheres e se assinou um acordo interinstitucional para o fortalecimento da Coordenadora Nacional para a Prevenção da Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres (2008). Foi instrumentado o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação da Violência Intrafamiliar e contra as Mulheres 2004-2012.</li> <li>- Em 2009 se sancionou a lei contra a violência sexual e a exploração de pessoas.</li> <li>- Como resultados do trabalho entre a Secretaria Presidencial da Mulher e o Instituto Nacional de Estatística se elaboraram 32 indicadores básicos de gênero.</li> </ul>	<p>sua própria metodologia.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Um dos compromissos pendentes dos Acordos de Paz é a promulgação de uma legislação para a proteção dos direitos trabalhistas das empregadas de casa particular, dada a violação constante dos seus direitos e a discriminação de que são objetos, sobretudo por não contar com uma jornada de trabalho estabelecida nem de segurança social.</li> <li>- Promover a participação política das mulheres. Na Câmara de Deputados, estas representam 11,2% no período 2008-2011.</li> <li>- Aumentar a qualidade dos serviços materno-infantis.</li> <li>- Promover o acesso das mulheres à propriedade da terra.</li> <li>- Elaborar programas educativos orientados a modificar o imaginário social das mulheres.</li> </ul>
<b>Haiti</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Violência</b></li> <li>• <b>Legislação</b></li> <li>• <b>Economia</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reformou-se o Código Penal na área de violência. Pelo decreto que modifica as agressões sexuais, em 2005 a violação deixou de ser considerada atentado contra a honra e se converteu em crime contra a pessoa.</li> <li>- Foi aprovado por decreto o Plano nacional de luta antiviolência contra as mulheres para o período 2005-2011. Como sinais do compromisso do Estado se realizaram pesquisas, estudos e reformas legislativas e se adotou uma ficha única de registro das denúncias de violência para melhor acompanhamento dos casos.</li> <li>- Em 2007 se assinou um convênio entre os Ministérios de Justiça e de Saúde pelo qual se logra a extensão gratuita do certificado médico para as vítimas de violência.</li> <li>- Também em 2007, o Ministério da Condição e dos Direitos da Mulher assinou um convênio com o Ministério de Educação e da Formação Profissional para eliminar os estereótipos de gênero do meio escolar.</li> <li>- Esboçou-se um marco de cooperação interino mediante o qual o Estado converte a perspectiva de gênero num eixo estratégico universal.</li> <li>- Em 2005 se elaborou o Manual de intervenção técnica para a consideração da análise de gênero, uma ferramenta com a</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Superar os obstáculos materiais, financeiros e humanos que enfrentam as políticas que perseguem a igualdade entre os sexos.</li> <li>- Adotar políticas para aumentar a taxa de alfabetização e o acesso das mulheres à educação superior.</li> <li>- Deter o aumento significativo da taxa de mortalidade materna, que passou de 523.000 em 2003 a 630.000 em 2007. Preocupa também a feminização do HIV/Aids e a insuficiência de dados estatísticos a respeito.</li> <li>- Valorizar o trabalho das mulheres. A estrutura do mercado de trabalho se apresenta muito segmentada e diferenciada e as mulheres recebem salários discriminatórios.</li> <li>- Promover o acesso em condições de igualdade entre homens e mulheres a bens e recursos.</li> <li>- Incluir focagem de gênero nas políticas públicas.</li> <li>- Aumentar o nível de participação das mulheres na política.</li> <li>- Instrumentar uma política dentro do sistema de saúde que permita às mulheres exercer a autonomia sobre seu corpo e decidir sobre a reprodução. Também é necessário aumentar os programas de educação sexual</li> </ul>

	<p>qual se espera poder incorporar a dimensão de gênero às políticas públicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 2009 se aprovou a lei sobre o trabalho doméstico que o reconhece como tal e assegura que as condições de trabalho sejam iguais às dos demais setores do mercado de trabalho.</li> </ul>	<p>para adolescentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O Ministério da Condição e dos Direitos da Mulher trabalha na elaboração de uma base de indicadores com perspectiva de gênero, mas a escassez de orçamento incide negativamente nesta iniciativa. A Ministra da área assinou dois protocolos: um, tripartite, com o Instituto Haitiano de Estatística e Informática e a CEPAL e outro com o Instituto Haitiano da Infância.</li> </ul>
<b>Honduras</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Mecanismos para o progresso</b></li> <li>• <b>Legislação</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instituiu-se a Política Nacional da Mulher 2002-2007 e o Plano Nacional de Igualdade de Oportunidades para a Mulher.</li> <li>- Foi aprovado o Plano Nacional contra a Violência dirigida à Mulher.</li> <li>- Por Decreto Executivo do Departamento de Gênero da Secretaria de Finanças, em 2005 se efetuou uma experiência piloto na América Central.</li> <li>- Como resultado da incidência da Secretaria de Educação, se logrou um incremento da matrícula de meninas no sistema escolar. Este dado se observa em entrevistas realizadas, porém não há informação estatística que o confirme.</li> <li>- Foi criado o Sistema de Indicadores Sociais da Infância, Adolescência e da Mulher em Honduras e, com o apoio da CEPAL, atualmente se encontra em processo de construção um sistema de indicadores de gênero.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecer a autonomia sexual das mulheres. Segundo dados da Pesquisa de Demografia e Saúde 2005-2006, só 32% decidem por si mesmas.</li> <li>- Incluir na legislação penal delitos como o feminicídio, a exploração de mulheres e crianças com fins de uso sexual e a violação dentro do matrimônio. A falta de ratificação do Protocolo Facultativo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres representa um obstáculo importante.</li> <li>- Promover, proteger e garantir a participação social e política das mulheres, assim como o exercício de sua cidadania e da governabilidade democrática.</li> </ul>
<b>Ilhas Caiman</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Legislação</b></li> <li>• <b>Pobreza</b></li> <li>• <b>Violência</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi utilizada linguagem inclusiva na redação dos documentos preliminares da nova constituição, que em 2009 se encontrava submetida a processo de análise.</li> <li>- Em 2005 se aprovou uma lei que outorga o direito à licença paterna remunerada aos homens que se desempenham no serviço civil.</li> <li>- Foi realizada a primeira pesquisa sobre as condições de vida da população e se incluiu um capítulo sobre pobreza desde uma perspectiva de gênero (2006-2007).</li> <li>- Em 2007 se revitalizou o programa de atenção à violência doméstica que, apesar dos bons resultados, havia sido interrompido depois do furacão Ivan e do surgimento de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lograr que o governo tenha uma real consciência de gênero.</li> <li>- Recentemente se criou um ministério encarregado da administração do distrito, obras públicas e dos assuntos de gênero, mas ainda é preciso o fortalecimento institucional. No período final de 2008, o governo solicitou um relatório especial sobre violência de gênero que inclua propostas de intervenção.</li> <li>- Contar com uma normativa legal que permita aderir à Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.</li> </ul>



	novas prioridades.	
<b>Jamaica</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Direitos humanos</b></li> <li>• <b>Violência</b></li> <li>• <b>Legislação</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Governo da Jamaica criou o Plano Nacional de Desenvolvimento “Visão 2030”, um marco de referência que foi definido para alcançar o status de país desenvolvido em 2030 e que inclui pontos vinculados à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres.</li> <li>- Formulou-se a Política Nacional de Gênero, uma ferramenta mediante a qual se promove a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e se identificam áreas de especial atenção e responsabilidades institucionais.</li> <li>- Foi brindada assessoria ao processo de reforma legislativa sobre direitos e garantias. Em 2006 se formularam medidas para proteger mulheres e crianças em situação de violência.</li> <li>- Desde 2006, a partir do reforçamento institucional da área de pesquisa do Departamento de Assuntos da Mulher, se fortaleceu a produção de indicadores com perspectiva de gênero. Conta-se com recursos para realizar atividades dirigidas ao fortalecimento institucional.</li> <li>- Foi introduzida a perspectiva de gênero nos programas de ensino.</li> <li>- Em 2007 se adotou a lei de prevenção, supressão e castigo da exploração de pessoas e se apresentaram dois projetos de lei sobre o acoso sexual e a violação dentro do matrimônio.</li> <li>- Foram efetuadas diversas intervenções na área de saúde reprodutiva e HIV/AIDS. Em 2008 se constituiu o grupo assessor para a revisão da política de aborto, de acordo com a adoção de medidas para a proteção e promoção dos direitos das mulheres.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A adequação das normas internacionais à legislação nacional avança com maior lentidão que a esperada e a violência de gênero é objeto de preocupação.</li> <li>- Ainda que se tenha treinado alguns funcionários sobre temas de gênero e instalado sete pontos focais, ainda se conta com pouco apoio institucional e persiste a idéia de que gênero é sinônimo de mulheres.</li> <li>- É preciso lograr o fortalecimento institucional do mecanismo para o progresso das mulheres. O organismo dedicado ao tema esteve lotado em pelo menos sete ministérios da área social, o que constitui uma desvantagem em termos de poder, visibilidade e de acesso ao orçamento.</li> </ul>
<b>México</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Direitos humanos</b></li> <li>• <b>Pobreza</b></li> <li>• <b>Saúde</b></li> <li>• <b>Violência</b></li> <li>• <b>Legislação</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 2006 se aprovou a Lei Geral para a Igualdade entre Mulheres e Homens, que tem por objetivo regular e garantir a igualdade e propor os delineamentos e mecanismos institucionais que conduzam ao logro de uma igualdade substantiva no âmbito público e privado, mediante a promoção do empoderamento das mulheres.</li> <li>- O Plano Nacional de Desenvolvimento 2007-2012 incorpora a perspectiva de gênero, a igualdade e a eliminação de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A violência contra as mulheres em <i>Ciudad Juárez</i> é um tema de especial preocupação e para enfrentá-lo se criou a Promotoria Especial para os Delitos de Violência contra as Mulheres e a Exploração de Pessoas. Em 2007, a sociedade civil organizada constituiu o Observatório Cidadão do Femicídio.</li> <li>- A razão da mortalidade materna mostra uma queda constante (entre 2001 e 2007 passou de 70,8 a 59,3</li> </ul>

	<p>qualquer forma de discriminação como eixos transversais para a construção de políticas públicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 2008 se logrou incorporar ao orçamento público um orçamento especialmente destinado às mulheres.</li> <li>- Em 2007 se aprovou a Lei Geral de Acesso das Mulheres a uma Vida Livre de Violência junto com um sistema nacional para prevenir, atender, sancionar e erradicar a violência contra as mulheres.</li> <li>- Foi criado o Sistema Nacional para a Igualdade entre Mulheres e Homens, coordenado pelo Instituto Nacional das Mulheres, e se elaborou o Programa Nacional para a Igualdade entre Mulheres e Homens 2008-2012.</li> <li>- O Programa de Desenvolvimento Humano Oportunidades atende, mediante transferências condicionadas, cinco milhões de famílias e tem contribuído à redução da pobreza. Para evitar a deserção escolar das mulheres, se determinou que o montante das bolsas educativas que estas recebem a partir do primeiro ano do ensino secundário seja superior ao dos homens.</li> <li>- Em 2008, a Secretaria de Saúde implementó um programa de prevenção de câncer de colo de útero. Aumentou o número de exames de prevenção e se aplicaram em adolescentes vacinas contra o vírus de papiloma humano.</li> <li>- Registraram-se avanços na área de saúde reprodutiva com a incorporação da anticoncepção hormonal de emergência e o planejamento familiar para adolescentes. Na capital se eliminou a penalização do aborto antes das 12 semanas de gestação.</li> <li>- Em 2008 se estabeleceu aos homens o direito de acesso a licença por paternidade.</li> </ul>	<p>mortes por 100.000 nascidos vivos), mas ainda está distante da meta estabelecida nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Um grupo de instituições, dirigido pela Presidência da República, constituiu o Grupo Multidisciplinar para a Redução da Morte Materna.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ainda que se tenha progredido, continua preocupando especialmente a possibilidade de fortalecer a capacidade das mulheres para ampliar suas oportunidades e dar potência à sua autonomia econômica.</li> <li>- A rotação de pessoal nas dependências públicas obstaculiza a fluidez do processo de incorporação da perspectiva de gênero no planejamento ou construção de ações, programas ou projetos.</li> </ul>
<b>Panamá</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Mecanismos para o progresso</b></li> <li>• <b>Direitos humanos</b></li> <li>• <b>Violência</b></li> <li>• <b>Legislação</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Com a criação do Instituto Nacional da Mulher se elevou o perfil e a hierarquia do mecanismo para o progresso da mulher (Lei 71 de 2008).</li> <li>- Foi organizado o Plano de Igualdade de Oportunidades para as Mulheres 2002-2006.</li> <li>- Em 2007 se realizaram algumas reformas ao Código Penal em relação com os delitos sexuais, os homicídios e a</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Somado à condição de ser mulher, o fator étnico ainda gera situações de discriminação, já que as indígenas e afro-descendentes são discriminadas por sua aparência. Também existe discriminação cultural no acesso à educação intercultural bilingüe.</li> <li>- As mulheres tendem a permanecer, e concluir, mais que os homens no sistema educativo nos níveis médio e</li> </ul>

	<p>violência doméstica e em 2008 se aprovou a Lei 63 sobre o Código Penal, que incorpora o aumento de penas de prisão para o delito de violência doméstica. Foram também incrementadas as medidas de proteção às vítimas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Formulou-se e se pôs em prática o Plano Nacional Contra a Violência Doméstica e Políticas de Convivência Cidadã 2004-2014.</li> <li>- Ante as dificuldades que as mulheres enfrentam para exercer seus direitos, se criou a Unidade de Acesso à Justiça e Gênero com o objetivo de facilitar o acesso efetivo à justiça das mulheres em situação de vulnerabilidade.</li> <li>- O programa Rede de Oportunidades consiste na entrega de transferências condicionadas às mães em situação de pobreza.</li> <li>- A Agenda Econômica das Mulheres impulsiona a criação de um orçamento público sensível ao gênero, promove a realização de pesquisas e, junto ao Ministério de Trabalho, promove a criação de um Observatório de gênero e economia.</li> <li>- Em 2007 se realizou a revisão e a atualização do Sistema de Indicadores com Focagem de Gênero no Panamá.</li> </ul>	<p>superior. No entanto, esta vantagem não se traduz em melhores salários e se mantém uma brecha de renda de 15% entre homens e mulheres.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- As mulheres continuam vendo-se afetadas pela falta de educação em saúde sexual e reprodutiva. A prevalência de mitos e preconceitos culturais contribui ao incremento de enfermidades como as de transmissão sexual.</li> </ul>
<b>Paraguai</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Direitos humanos</b></li> <li>• <b>Violência</b></li> <li>• <b>Saúde</b></li> <li>• <b>Educação</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi estabelecido o II Plano Nacional de Igualdade de Oportunidades 2003-2008 e se coordenou a implantação do III Plano Nacional de Igualdade de Oportunidades 2009-2017 de acordo com a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e com os principais instrumentos de direitos humanos.</li> <li>- Em cumprimento da lei contra a violência doméstica, a partir de 2008 se ampliou o horário de atenção do Serviço de Apoio à Mulher.</li> <li>- Em 2006 foram introduzidas algumas mudanças significativas que possibilitaram o acesso gratuito a métodos anticoncepcionais e assessoria em saúde reprodutiva. A partir de 2008 foram introduzidas novas mudanças no sistema de saúde, como a gratuidade da atenção (cesáreas e exames de diagnóstico) e de acesso a medicamentos.</li> <li>- Em 2007 se aprovou a lei 3.231 que cria a Direção Geral de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Um dos objetivos da Secretaria da Mulher é a erradicação da violência, mas o organismo não dispõe de infra-estrutura nem recursos suficientes para lográ-lo. Afirma-se que um grande ausente na adoção de medidas para prevenir e erradicar a violência doméstica é o Ministério de Educação e Cultura.</li> <li>- No Código Trabalhista existe uma discriminação explícita do emprego doméstico em comparação com a proteção que se oferece a outros tipos de trabalho, já que se reconhecem menos direitos às pessoas que trabalham no serviço doméstico que as que o fazem em outras funções (horário, salário, seguridade social e trato, entre outros).</li> <li>- Não se cumpre com a norma que estabelece a gratuidade da atenção, das análises e do fornecimento de medicamentos para o HIV/AIDS. Por falta de recursos</li> </ul>

	<p>Educação Escolar Indígena no Ministério de Educação Cultura.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 2009 se criou a Unidade de Gênero do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral com o fim de produzir e analisar dados com perspectiva de gênero sobre a participação política da mulher.</li> <li>- Foi adotado um papel ativo no tema de exploração e se constituiu a Mesa Interinstitucional de Luta contra a Exploração de Pessoas coordenada pelo Ministério de Relações Exteriores. Foi redigido um manual de intervenção e em 2007 se inaugurou o primeiro “Centro de Albergue Transitório” para vítimas deste delito.</li> </ul>	<p>institucionais só se pôde chegar a 400 pessoas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desde 1996, a lei eleitoral fixa a quota de um mínimo de 20% de participação feminina nos cargos de decisão e eletivos, porém ainda não se logrou alcançar tal percentagem. Depois das eleições de 2008, as mulheres representam 15,6% da Câmara de Senadores e 11,2 % da Câmara de Deputados.</li> <li>- Certos aspectos dos dados estatísticos ainda não foram desagregados por sexo para que se possa determinar e compreender a realidade das mulheres, especialmente chefes de família e indígenas, e a pobreza.</li> </ul>
<b>Peru</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Direitos humanos</b></li> <li>• <b>Legislação</b></li> <li>• <b>Violência</b></li> <li>• <b>Saúde</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi aprovada a Lei 28.983 (2007) de Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens e o Segundo Plano Nacional de Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Varões 2006-2010.</li> <li>- Aprovou-se a Lei 28.963 (2007) que modifica o Código Penal e incorpora um agravante sobre o delito de violação sexual. Foi aprovado o Plano Nacional contra a Violência dirigida à Mulher 2009-2015. Em 2008 se criou o primeiro Centro de Atenção Integral para Agressores em Violência familiar.</li> <li>- Foi aprovada a Lei 28.950 (2007) contra a exploração de pessoas e o tráfico ilícito de migrantes.</li> <li>- Foi aprovada a Lei 28.592 (2005) que cria o Conselho de Reparções e reconhece as vítimas da violência ocorrida no país entre 1980 e 2000. Dão-se prioridade aos temas da violação e da violência sexual contra as mulheres. A identificação das vítimas permitirá o acesso às diferentes modalidades de reparação.</li> <li>- No campo da igualdade, em 2008 foi prescrita a prática de algumas associações civis de permitir unicamente associados homens.</li> <li>- Eliminaram-se obstáculos de acesso à escola das meninas das zonas rurais. A partir de 2005, se eliminou a exigência de apresentação da certidão de nascimento como requisito de inscrição. Também se efetuaram diversas campanhas que</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cumprir a lei 28.983 de Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens.</li> <li>- Garantir o acesso à educação de forma igualitária.</li> <li>- Assegurar o direito à saúde.</li> <li>- Incrementar a participação econômica das mulheres.</li> <li>- Com a colaboração das agencias de cooperação, se está formulando a primeira pesquisa de uso do tempo.</li> <li>- Elaborar indicadores com perspectiva de gênero. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apoiará o Ministério da Mulher e Desenvolvimento Social no estabelecimento de um Sistema integrado de indicadores.</li> </ul>

	<p>promoveram a documentação propiciada pelo Registro Nacional de Identificação e o Estado Civil e a Cruzada Nacional “Meu nome”.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi implantada a estratégia Gestclub para incrementar o parto institucional.</li> </ul>	
<b>Portugal</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Violência</b></li> <li>• <b>Legislação</b></li> <li>• <b>Saúde</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi instrumentado o III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Gênero 2007-2010, focalizado na eliminação da desigualdade de gênero no âmbito político, social, econômico e cultural.</li> <li>- Foi implantado o III Plano Nacional contra a Violência Doméstica 2007-2010.</li> <li>- Foi criado o I Plano Nacional contra o Tráfico de Humanos 2007-2010.</li> <li>- Em 2006 se aprovou a lei que estabelece que as listas para qualquer cargo eletivo devam ter um mínimo de representação de cada sexo equivalente a 33%.</li> <li>- Em 2007 foram introduzidas modificações ao Código Penal para aumentar as penas em caso de delitos de violência doméstica, tráfico e exploração de pessoas e mutilação genital.</li> <li>- Foi logrado o acesso universal e gratuito aos serviços de saúde reprodutiva, sem importar a nacionalidade ou o status legal do solicitante. Em 2007 se aprovou a lei de interrupção voluntária da gravidez até 10 semanas de gestação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desde 2007 o Código Penal sanciona o delito de mutilação genital. No começo de 2009 foi posto em prática o Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital que se divide em quatro áreas: a) sensibilização, prevenção e apoio, b) capacitação, c) investigação e d) promoção.</li> </ul>
<b>República Dominicana</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Direitos humanos</b></li> <li>• <b>Legislação</b></li> <li>• <b>Pobreza</b></li> <li>• <b>Violência</b></li> <li>• <b>Saúde</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi criado o Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Gênero II 2007-2017 para assegurar que a focagem de gênero esteja presente em todas as políticas públicas.</li> <li>- Está sendo efetuado um processo de reforma a nível nacional. A Secretaria de Estado da Mulher apresentou uma proposta de reforma de acordo com os interesses das mulheres.</li> <li>- O Programa Solidariedade atende famílias em situação de pobreza, em especial mães solteiras, e consta de componentes para alimentação, ajuda econômica em troca de enviar os filhos e filhas à escola, prevenção da saúde e subsídio para a compra de gás.</li> <li>- Observou-se uma diminuição nos indicadores de violência física enquanto a violência sexual se manteve nos níveis de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Erradicar qualquer forma de violência contra as mulheres em todo o seu ciclo de vida.</li> <li>- Apesar de contar com a lei de quotas, não se alcançam os níveis mínimos de participação. No período 2006-2010, na Câmara de Deputados as mulheres representam 19,7% e no Senado só 6,3%. Não há nenhuma norma que obrigue os partidos políticos a cumprirem com a quota de representação nem existem estratégias para garantir o financiamento das candidaturas de mulheres nos processos eleitorais.</li> <li>- Reverter a deficiente dotação orçamentária em relação com as necessidades do mecanismo nacional da mulher.</li> <li>- Aumentar a geração de estatísticas desagregadas por</li> </ul>

	<p>2002, segundo dados da Pesquisa Demográfica e de Saúde (ENDESA 2008).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Os indicadores de saúde materna têm melhorado nos últimos anos. A taxa de mortalidade materna diminuiu de 178 para 150 mortes maternas por 100.000 nascidos vivos entre 2002 e 2005. O governo mantém a sua política de Tolerância Zero à Mortalidade Materna.</li> <li>- Em 2007 se aprovou a Lei 46 sobre os 16 dias de ativismo contra todas as formas de violência dirigida à mulher.</li> </ul>	<p>sexo, sobretudo nas áreas econômica e trabalhista. Foram iniciados os trabalhos para realizar a primeira pesquisa nacional de uso do tempo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a plena participação das mulheres na sociedade da informação e do conhecimento.</li> </ul>
<b>Suriname</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Direitos humanos</b></li> <li>• <b>Violência</b></li> <li>• <b>Legislação</b></li> <li>• <b>Saúde</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instrumentou-se o II Plano de Ação Integral de Gênero 2006-2010 que identifica 116 ações a serem executadas.</li> <li>- Em 2008, seis ministérios assinaram um convênio de trabalho para combater a violência contra as mulheres.</li> <li>- Em 2006 se instalou na Assembléia Nacional uma Comissão Permanente Parlamentar sobre Direitos das Mulheres e das Crianças. No ano seguinte, se constituiu o Comitê Nacional de Legislação sobre Gênero.</li> <li>- Alguns ministérios contam com um orçamento de gênero canalizado para atividades e projetos.</li> <li>- Foi concebido um programa para a redução da mortalidade materna e se fortaleceram e expandiram os serviços de obstetrícia e a capacitação das parteiras. Foi logrado o acesso universal aos serviços de saúde reprodutiva.</li> <li>- Foram instrumentados programas para adolescentes sobre prevenção de enfermidades de transmissão sexual e gravidez.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desde 2007, se encontra pendente a aprovação de uma lei sobre violência doméstica.</li> <li>- Apesar da nomeação de pontos focais de gênero nos ministérios, estes ainda não dispõem de recursos suficientes que lhes permitam cumprir com suas funções.</li> <li>- Elevar o conhecimento e a valorização do tema de gênero no governo e na comunidade.</li> <li>- Realizar programas de treinamento com perspectiva de gênero.</li> </ul>
<b>Trinidad e Tobago</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Direitos humanos</b></li> <li>• <b>Legislação</b></li> <li>• <b>Saúde</b></li> <li>• <b>Violência</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi posta em prática a política nacional de governo “Visão 2020” para poder alcançar o status de país desenvolvido em 2020. Incorporou-se a equidade de gênero como eixo transversal.</li> <li>- Em 2008 se aprovou a lei de família, que estabelece iguais direitos para mulheres e homens no que diz respeito à custódia dos filhos.</li> <li>- Em 2006 se aprovou uma lei que protege os direitos da mulher gestante e reconhece a seguridade da criança por nascer.</li> <li>- A política de saúde reprodutiva foi revisada e se ampliou a oferta a jovens, homens e mulheres adultas que finalizaram</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi redigido o esboço de uma lei sobre Política Nacional de Gênero e Desenvolvimento com um plano de ação de cinco anos, onde se incorpora atividades na área de orçamento de gênero e coleta de informação desagregada por sexo e com perspectiva de gênero.</li> <li>- Lograr o fortalecimento institucional do mecanismo para o progresso da mulher.</li> <li>- Reforçar os pontos focais de gênero e levar a transversalização a todas as áreas do Gabinete.</li> <li>- Revisar a legislação e incorporar novos delitos como acoso sexual, igual remuneração por igual trabalho e</li> </ul>

	<p>sua etapa reprodutiva.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desde 2001 se executa o programa Mulheres em Harmonia destinado à capacitação das mulheres chefes de família entre 26 e 45 anos em situação de pobreza para que possam desempenhar um ofício (cuidado de idosos ou agricultura e paisagismo). Também existe um programa para a capacitação de mulheres em ofícios não tradicionais e outro de emprego de curta duração.</li> <li>- Em 2008 foi feito um acordo com a <i>Universidad de Indias Occidentales</i> para a organização de um registro centralizado de dados sobre violência doméstica.</li> </ul>	<p>licença por paternidade.</p>
<b>Uruguai</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Direitos humanos</b></li> <li>• <b>Legislação</b></li> <li>• <b>Economia</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi aprovada a Lei 18.104 (2007) de promoção da igualdade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres e a execução do Primeiro Plano Nacional de Igualdade de Oportunidades e Direitos. Em 2009 se instalou o Conselho Coordenador de Políticas de Gênero com o objetivo de garantir a entrada em vigor da mencionada lei.</li> <li>- Foi instrumentado o Plano Nacional de Luta contra a Violência Doméstica 2004-2010.</li> <li>- Em 2008 se incorporou uma cláusula de igualdade de gênero como pauta de negociação de salários.</li> <li>- Nesse mesmo ano se consolidou o nível hierárquico e de orçamento do Departamento das Mulheres Afro-Descendentes do Instituto Nacional das Mulheres.</li> <li>- Em 2007 se aprovou a Lei 18.250 que penaliza o delito de exploração e tráfico de pessoas e a Lei 18.246 que reconhece a diversidade de arranjos familiares, incluídos os casais que não contraíram matrimônio, de igual ou diferente sexo. Outorgou-se o direito a pensão por viuvez.</li> <li>- Em 2008 se instalou no Instituto Nacional das Mulheres o Sistema de Informação de Gênero. Apoiado pelo UNFPA, este projeto tem por objetivo ordenar e analisar informação para a construção de indicadores e estatísticas de gênero.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Após a aprovação, em 2008, da Lei 18.426 de Defesa do Direito à Saúde Sexual e Reprodutiva, se ditam normas que buscam regulamentar parcialmente os direitos sexuais e reprodutivos. A lei recebeu um veto parcial do Poder Executivo, precisamente nos capítulos que estabeleciam como direito da mulher a interrupção voluntária da gestação com restrições e deveres do médico.</li> <li>- A participação das mulheres no Parlamento continua sendo baixa. Entre 1985 e 1990 era igual a zero e no período 2005-2010 alcança 11% na Câmara de Deputados e 9% no Senado. Em 2009 se aprovou a Lei 18.476 que estabelece que em todas as ternas de candidatos das listas para cargos eletivos se devem incluir pessoas de ambos os sexos. Esta lei será posta em prática em duas etapas: em junho de 2009 para as autoridades dos partidos políticos e a partir de 2014 para as eleições nacionais e departamentais.</li> <li>- O organismo que trabalha com o tema de gênero não tem um nível hierárquico que lhe permita estar presente no espaço de tomada de decisões governamentais. Os recursos orçamentários são escassos em função dos objetivos de trabalho.</li> <li>- Resolver a falta de adequação da legislação ao marco da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.</li> </ul>